

RELATÓRIO DE COMUNICAÇÃO DE ENGAJAMENTO - COE



Período de 14/11/2021 a 31/12/2023

SUMÁRIO

I	Mensagem da Presidência à Organização das Nações Unidas	5
II	A Justiça Federal da 3.ª Região	7
III	Princípios do Pacto Global	8
IV	Ações desenvolvidas	10
V	Conclusão	70

SIGLAS

AGU	Advocacia Geral da União
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ACNUR	Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
ASBRAD	Associação Brasileira de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude
AACD	Associação de Assistência à Criança Deficiente
ARPEN	Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo
CEF	Caixa Econômica Federal
CASP	Caritas Arquidiocesana de São Paulo
CCA	Centro de Convivência da Criança e do Adolescente
CIC	Centro de Integração da Cidadania
CEJURE	Centro de Justiça Restaurativa
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CPC	Código de Processo Civil
CGSA-3R	Comissão de Gestão Socioambiental da 3ª Região
COE	Comunicação de Engajamento
CJF	Conselho da Justiça Federal
DPU	Defensoria Pública da União
ESMAPE TJPE	Escola Judicial do Pernambuco
FUNTRAB	Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul
FUNSAT	Fundação Social do Trabalho de Campo Grande
FEHIDRO	Fundo Estadual de Recursos Hídricos
GEMTI	Grupo de Estudos Migratórios e apoio a Trabalhadores Imigrantes
IIRGD	Instituto de Identificação Ricardo Gumbert Daunt
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
ITTC	Instituto Terra, Trabalho e Cidadania
JEF	Juizado Especial Federal
JEVA	Juizado Especial Federal Adjunto

SIGLAS

JF3R	Justiça Federal da 3. ^a Região
JFMS	Justiça Federal de Mato Grosso do Sul
JFSP	Justiça Federal de São Paulo
iJuspLab	Laboratório de Inovação da Justiça Federal em São Paulo
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
ODS	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
OIM	Organização Internacional para as Migrações
PcD	Pessoa com Deficiência
PGRS	Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
PLS	Plano de Logística Sustentável
PJE	Processo Judicial Eletrônico
PURA	Programa de Uso Racional da Água
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEFRAS	Serviço Franciscano de Solidariedade
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SJMS	Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul
SISMIGRA	Sistema de Registro Nacional Migratório
SUS	Sistema Único de Saúde
TRT2	Tribunal Regional do Trabalho da 2. ^a Região
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TRF3	Tribunal Regional Federal da 3. ^a Região
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
Unifesp	Universidade Federal de São Paulo

I – MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA À ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

É com grande honra que a Presidência deste Tribunal Regional Federal da 3.^a Região publica a 2.^a edição da Comunicação de Engajamento, Communication on Engagement - o COE.

As ações realizadas nesta Corte, finalizadas ou em andamento, reafirmam o apoio aos princípios universais estabelecidos pelo Pacto Global, em continuação àquelas realizadas em biênio anterior.

O período ora relatado, pós-pandemia do coronavírus, foi marcado por ações de sensibilização à acessibilidade, à inclusão social, à qualidade de vida, à saúde, à promoção d justiça social, entre outros temas relacionados ao Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, em grande parte realizadas via rede, on-line, em projeção crescente e, além disso, destinadas ao desenvolvimento de novos conceitos como a inclusão digital, tema que adquiriu relevância como resultado da utilização dos meios telemáticos que viabilizaram novas formas de trabalho e de vida social pelas medidas de contenção à pandemia do coronavírus.

Por outro lado, há que se destacar que outras ações relativas à prestação jurisdicional à população carente e economicamente hipossuficiente, demandaram atendimento pessoal prestado por servidores e magistrados, como feito no Pop Rua SAMPA. O projeto foi iniciado em razão da Política estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça para atenção às pessoas em situação de rua e à população mais vulnerável do país. Na 3.^a Região, foi coordenado por esta Presidência, contando com a parceria de diversas instituições públicas e organizações não governamentais para a adoção de medidas administrativas de inclusão de pessoas que vivem em situação de rua.

Como reconhecimento ao trabalho desenvolvido por tais instituições, em conjunto e de forma colaborativa, cumpre anotar que o Programa Pop Rua Jud recebeu o prêmio Innovare 2023, na categoria Tribunal, em cerimônia de premiação realizada no Supremo Tribunal Federal – STF, no final do ano de 2023.

Ética, respeito à cidadania e ao ser humano, sustentabilidade, transparência, qualidade, inovação, cooperação e segurança, são valores que embasam a governança e estratégia deste Tribunal e conceitos que têm sido colocados em prática por magistrados, servidores, estagiários e demais colaboradores deste Órgão, na execução de suas tarefas diárias nos Estados de Mato Grosso do Sul e de São Paulo, o que faz com que esta Presidência tenha orgulho da presente comunicação de engajamento a reafirmar o compromisso de apoio ao Pacto Global das Nações Unidas.

Aprender com ações anteriores, desenvolver novas ações e práticas a partir de então e elaborar novos projetos para obtenção de prestação jurisdicional eficaz, em tempo e modo, e, continuamente, destacar o espírito público que deve prevalecer na Justiça Federal da 3.^a Região são atividades permanentes da Administração deste Tribunal.

As informações contidas neste documento são compartilhadas com público interno e externo, por meio dos principais canais de comunicação da Justiça Federal da 3.^a Região.

Cordialmente,
Desembargadora Federal Marisa Santos
Presidente do Tribunal Regional Federal da 3.^a Região

II – A JUSTIÇA FEDERAL DA 3.ª REGIÃO

A Justiça Federal da 3.ª Região é constituída pelo Tribunal Regional Federal da 3.ª Região, pela Seção Judiciária de São Paulo e pela Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul.

As Seções Judiciárias, por sua vez, estão organizadas da seguinte forma:

O Tribunal é composto por:

- 1 Desembargador Federal Presidente do TRF
- 1 Desembargador Federal Vice-Presidente do TRF
- 1 Desembargador Federal Corregedor-Regional
- 52 Desembargadores Federais compõem o Plenário
- 18 Desembargadores Federais integram o Órgão Especial
- 52 cargos de Desembargadores Federais compõem as 4 Seções Especializadas e as 11 Turmas especializadas

SJSP

Atualmente com 44 subseções judiciárias, com 130 Varas Federais, 17 Varas Federais com JEF Adjunto (JEVA), 51 Juizados Especiais Federais Autônomos, 15 Turmas Recursais e 3 Núcleos 4.0.



SJMS

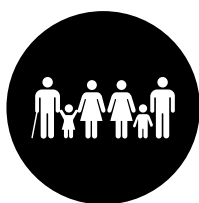
Tem 7 subseções judiciárias, com 9 Varas Federais, 5 Varas Federais com JEF Adjunto (JEVA), 3 Juizados Especiais Federais Autônomos e 2 Turmas Recursais.



III – PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL

O Tribunal Regional Federal da 3.^a Região aderiu ao Pacto Global em 13 de novembro de 2019.

O Pacto Global é uma iniciativa da Organização das Nações Unidas - ONU, que incentiva empresas e organizações a alinharem suas estratégias e operações aos 10 Princípios Universais nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção, a desenvolverem ações que contribuam para o enfrentamento dos desafios da sociedade e também a contribuir para o cumprimento da Agenda 2030, por meio dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, como seguem relacionados:



Direitos Humanos

1. As empresas devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente;
2. Assegurar-se de sua não participação em violações destes direitos.



Trabalho

3. As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva;
4. A eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório;
5. A abolição efetiva do trabalho infantil;
6. Eliminar a discriminação no emprego.



Meio Ambiente

7. As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais;
8. Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental;
9. Incentivar o desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis.



Anticorrupção

10. As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive, extorsão e propina.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Objetivo 1.

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

Objetivo 2.

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Objetivo 3.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Objetivo 4.

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Objetivo 5.

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Objetivo 6.

Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.

Objetivo 7.

Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.

Objetivo 8.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.

Objetivo 9.

Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

Objetivo 10.

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

Objetivo 11.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

Objetivo 12.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

Objetivo 13.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.

Objetivo 14.

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

Objetivo 15.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Objetivo 16.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Objetivo 17.

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

III – AÇÕES DESENVOLVIDAS

A seguir estão descritas as atividades realizadas pela Justiça Federal da 3.^a Região, com breve descrição do projeto, ação de sensibilização, curso de capacitação, entre outras, seguindo-se a ordem dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, com anotação do documento interno que contém os respectivos registros dos trabalhos. Há objetivos destacados em conjunto, indicando que mesmas práticas estão relacionadas a mais de um ODS.



ODS 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

Palestra sobre Atenção às Pessoas em Situação de Rua

Atualizar os magistrados e servidores e fomentar a reflexão sobre o tema, garantindo maior conhecimento das condições e das trajetórias das pessoas em contexto de vulnerabilidade social.

Fonte: expediente administrativo SEI 0001364-38.2023.4.03.8000

Outros ODS relacionados: ODS 10 - Redução das desigualdades; ODS 16 - Paz, justiça e instituições fortes.

Curso “O Que São Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”

O curso teve por objetivo divulgar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e esclarecer o que são e a importância dos Objetivos.

Outros ODS relacionados: ODS 2 - Fome zero; ODS 3 - Boa saúde e bem-estar; ODS 4 – Educação de qualidade; ODS 5 - Igualdade de gênero; ODS 6 - Água limpa e saneamento;

ODS 7 - Energia Acessível Limpa; ODS 8 - emprego digno e crescimento econômico; ODS 9 - Indústria, inovação e infraestrutura; ODS 10 - Redução das desigualdades; ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis; ODS 12 - Consumo e produção responsáveis; ODS 13 - Combate às alterações climáticas; ODS 14 - Vida de baixo d'água; ODS 15 - Vida sobre a terra; ODS 16 - Paz, justiça e instituições fortes; ODS 17 - Parcerias em prol das metas.

Palestra Direitos Humanos e Progressividade

Fomentar a reflexão e a discussão sobre a garantia do cidadão à previdência justa.

Fonte: expediente administrativo SEI 0033274-83.2023.4.03.8000

Outros ODS relacionados: ODS 2 - Fome zero; ODS 3 - Boa saúde e bem-estar; ODS 10 - Redução das desigualdades; ODS 16 - Paz, justiça e instituições fortes.



ODS 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

Práticas de Cidadania

Parceria com o Centro de Convivência da Criança e do Adolescente – CCA – Jardim Peri, do Serviço Franciscano de Solidariedade - SEFRAS, para a realização de ações assistenciais permanentes voltadas a pessoas em situação de rua, com recolhimento de artigos de higiene, material escolar, roupas e campanhas de Natal. E, ainda, a divulgação de solicitações de doação de sangue, destinadas a magistrados, servidores e familiares.

Fonte: expediente administrativo SEI 0004344-89.2022.4.3.8000

Programa Vivamente

Programa voltado à saúde mental de servidores e magistrados, principal causa de absenteísmo na Justiça Federal da 3.^a Região.

Foram realizadas palestras e rodas de conversa, que alcançaram 759 magistrados e servidores, em diversos temas, tais como Depressão, Prevenção ao Suicídio, Saúde Mental e Trabalho, Desafios do Retorno ao Trabalho Presencial e Assistência à Saúde.

Além disso, o Tribunal dispõe de médicos, psicólogos e assistentes sociais que têm atuado em atendimentos individuais e coletivos, tanto antes, avaliando fatores de risco, quanto no curso da doença. Há, ainda, situações de atendimento coletivo, quando o grupo (equipe de trabalho) sofre alguma perda ou está passando por uma situação importante dentro da unidade.

Atendimentos Psicossociais: os atendimentos psicossociais tratam de questões relativas à saúde mental, em sua maioria, mas, há também, orientações sobre licenças, direitos, avaliações sociais e/ou psicológicas para fins de pareceres em processos atinentes à área, exames admissionais, entre outras demandas.

- Intervenções Psicossociais com Equipes de Trabalho (abordagem coletiva):

- Palestras:

- Fevereiro - WorkShop: Saúde Mental com Foco na Qualidade de Vida, promovida pelos profissionais da saúde da JFMS (online - plataforma MS Teams) - 135 participantes
- Abril - Palestra sobre O Comer Intuitivo - Sintonia entre Corpo, Mente e Alimento (online - plataforma MS Teams), com a Nutricionista Viviane Lago, com 112 participantes
- Maio: Palestra “Depressão e humanização do trabalho” de Bruno Leal Farah, Psicólogo do TRF2 (online - plataforma MS Teams) - 65 participantes
- Palestra “Assédio Moral e Sexual - Perspectivas Processuais” (online - plataforma MS Teams) - 74 participantes
- Palestra “A Assédio Moral e Sexual no trabalho” de Profa. Dra. Maria Elisa L. Farias, do MS (online - plataforma MS Teams) - 80 participantes

- Workshop I “Saúde Mental no Trabalho” manejo da Ansiedade e Stress, de Alunas do Curso de Psicologia de Universidade de MS (online - plataforma MS Teams) - 134 participantes
- Workshop II “Saúde Mental no Trabalho” (online - plataforma MS Teams) - 113 participantes

Total de participações: 713

- Rodas de Conversa: 4 eventos para 4 equipes de trabalho
- Temas: luto e suicídio; riscos de adoecimento mental; qualidade de vida no trabalho, estresse e clima organizacional, conflito trabalho e família; discriminação e assédio moral.

Total de participações: 46

Fonte: expedientes administrativos SEI 0127625-19.2021.4.03.8000; 0295089-68.2021.4.03.8000

Programa de Atenção Psicossocial, Inclusão e Cidadania de Pessoas com Deficiência no TRF3

Programa que estabeleceu um espaço de informação, acolhimento mútuo, reconhecimento e troca de experiências vividas, ampliando a reflexão sobre o cuidado com a pessoa com deficiência e consigo mesma.

Foram realizados cinco encontros com a participação de 15 pessoas, a maioria pais de pessoas com deficiência, com a finalidade de apresentar vídeos sobre o tema, falar das normas, diretrizes legais e direitos, bem como sobre autonomia, interação, dificuldades com rede de apoio.

Fonte: expediente administrativo SEI 0013579-46.2023.4.3.8000

Atuação da saúde durante a pandemia da Covid-19

Foi elaborada Nota Técnica, posteriormente atualizada de acordo com a situação epidemiológica, contendo orientações para evitar a disseminação do vírus dentro do Tribunal; foi elaborado um fluxograma de atendimento para uniformização das condutas de toda a equipe de saúde e emitidos comunicados informativos sobre o atendimento individual na plataforma Teams, orientações aos contactantes e aos diversos setores nos quais foram detectados casos.

Fonte: expediente administrativo SEI 0295937-55.2021.4.03.8000; 0023306-63.2022.4.03.8000; 0024070-15.2023.4.03.8000

Vacinação contra a Influenza

No intuito de prevenir as doenças respiratórias, causa de afastamentos frequentes, é realizada vacinação anual contra a gripe, nas dependências do Tribunal, pela equipe de enfermagem da área médica.

A campanha de vacinação contra a Influenza atingiu um público de 874 pessoas em 2022 e de 520 pessoas em 2023, entre magistrados, servidores, estagiários e funcionários das empresas terceirizadas.

Fonte: expediente administrativo SEI 0004422-83.2022.4.03.8000 e 0002779-56.2023.4.03.8000

IX Inclusão a Toda Prova - Corrida e Caminhada em Comemoração ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência

Em 3/12/2023, como parte da programação das atividades e ações em comemoração ao dia Internacional da Pessoa com Deficiência, o Tribunal viabilizou a participação de 15 servidores na IX Inclusão a Toda Prova Corrida e Caminhada, realizada pelo Instituto Olga Kos de Inclusão Cultural. Trata-se de instituição sem fins lucrativos que trabalha em prol de projetos sociais que promovem a inclusão e desenvolvimento de pessoas com deficiência e em situação de vulnerabilidade, por meio esportivo, cultural e pesquisas na área temática de pessoas com deficiência.

A ação teve como objetivo a sensibilização sobre os temas acessibilidade e inclusão e, também, a promoção do desenvolvimento de qualidade de vida, por meio do incentivo ao cuidado com a saúde física e mental a partir da prática esportiva.

Fonte: expediente administrativo SEI 0036395-22.2023.4.03.8000

Outros ODS relacionados: ODS 4, educação de qualidade; ODS 16 - Paz, justiça e instituições fortes.

Evento “Roda de Conversa - PcD, Família e Trabalho: Respeito e Acolhimento no Ambiente de Trabalho”

O evento foi promovido pelo Grupo de Trabalho e Estudos sobre Acessibilidade e Inclusão da Seção Judiciária de São Paulo - SJSP em conjunto com a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão da 3.ª Região - CPAI-3R, no dia 26/9/2023, no formato on-line via Teams com transmissão pelo canal do YouTube da SJSP.

O objetivo foi comemorar o dia 21 de setembro, dia nacional de luta das pessoas com deficiência, sob a ótica de pais, mães e outros familiares de pessoas com deficiência.

O evento contou com 63 participantes, estando disponível no link: <https://www.youtube.com/live/3AuHDjKhX8I?si=szMxxRQdczOTFbhV>.

Fonte: Expediente administrativo SEI 0004203-33.2023.4.03.8001

Outros ODS relacionados: ODS 8 - emprego digno e crescimento econômico; ODS 16- Paz, justiça e instituições fortes.

Workshop de Acessibilidade Comunicacional, Atitudinal e Digital e Cursos de Acessibilidade Digital

No final do ano de 2022, como parte da programação das atividades e ações em comemoração ao dia Internacional da Pessoa com Deficiência, o Tribunal realizou o workshop para a capacitação de magistrados e servidores sobre o tema acessibilidade comunicacional, atitudinal e digital, que contou com a participação de 58 servidores e magistrados.

Foi realizado, ainda, o treinamento de 27 servidores, e a capacitação da equipe de informática para o desenvolvimento de site acessível.

Fonte: expediente administrativo SEI 0033655-28.2022.4.03.8000

Outros ODS relacionados: ODS 8 - emprego digno e crescimento econômico; ODS 10 - Redução das desigualdades; ODS 16 - Paz, justiça e instituições fortes.

Capacitação de Gestores contra Assédio Moral - Como prevenir depressão e produzir unidades promotoras de saúde

A capacitação objetivou promover ambientes saudáveis ao trabalho e ao convívio social como um todo capacitando os gestores do Órgão.

Fonte: expediente administrativo SEI 0014545-09.2023.4.03.8000

Outro ODS relacionado: ODS 16 - Paz, justiça e instituições fortes.

XII Ciclo de Palestras sobre Gestão de Pessoas do Tribunal 2023, com o tema "Inclusão e espaços de trabalho – ressignificando as relações"

O fomento, a discussão e a reflexão sobre importantes assuntos relacionados à inclusão, tanto para gestores como para servidores, teve a finalidade de promover o desenvolvimento de relações saudáveis e sustentáveis no ambiente de trabalho.

- Palestra "Como promover a diversidade e inclusão etária no trabalho" com 126 participantes;

- Palestra "Inclusão de pessoas com deficiência no ambiente de trabalho" com 128 participantes;
- Palestra "Mulheres em situação de vulnerabilidade e espaço de trabalho" com 134 participantes;
- Palestra "Diversidade e inclusão: conviver transforma" com 141 participantes.

Fonte: expediente administrativo SEI 0029404-30.2023.4.03.8000

Outros ODS relacionados: ODS 5 - Igualdade de gênero; ODS 8 - emprego digno e crescimento econômico; ODS 10 - Redução das desigualdades; ODS 16 - Paz, justiça e instituições fortes.

Curso Assédio Moral e Assédio Sexual: Consequências e Fatores de Risco

O curso pautou-se na necessidade de esclarecer e conscientizar magistrados, servidores e gestores da JF3R sobre os fatores implicados nas situações de assédio moral e sexual, a fim de promover uma cultura em que esses fenômenos não ocorram.

Fonte: expediente administrativo SEI 0032185-25.2023.4.8000

Outros ODS relacionados: ODS 5 - Igualdade de gênero; ODS 16 - Paz, justiça e instituições fortes; ODS 10 - Redução das desigualdades.

Projeto de Reforma das Instalações Hidráulicas e dos Sanitários do Edifício Sede do TRF3

A reforma das instalações hidráulicas e reforma completa dos sanitários e copas do Edifício Sede do Tribunal, contemplando a troca de louças, metais, revestimentos e instalações elétricas, objetiva a melhoria na qualidade das instalações do referido edifício, proporcionando aos magistrados, servidores e público em geral, ambiente adaptado e compatível com as necessidades atuais decorrentes das atividades do órgão, além de evitar desperdício com o vazamento de água recorrente nos sanitários.

Fonte: expediente administrativo SEI 0014456-20.2022.4.03.8000

Outros ODS relacionados: ODS 6 – Água potável e saneamento

Centro de Justiça Restaurativa

O Centro de Justiça Restaurativa - CEJURE promoveu encontros virtuais e presenciais do Programa Criando Conexões, inspirados nos Círculos de Construção de Paz e Círculos de Fortalecimento de Vínculos.

Os encontros são abertos a servidores e magistrados da Justiça Federal de São Paulo e, também, à rede parceira e comunitária, conforme previsto em norma da Diretoria do Foro de São Paulo (Portaria DFOR-SP n.º 63/2019).

No período de abrangência do presente relatório foram realizados 60 círculos temáticos:

- 25/11/2021 – Quais aprendizados a pandemia deixou para as relações?
- 2/12/2021 – Vamos refletir sobre os aprendizados de 2021 e fazer projetos para 2022?
- 25/2/2022 – Qual sentido você quer dar para a sua vida em 2022? (2 turmas concomitantes).
- 11/3/2022 – A Força da Mulher no Século XXI.
- 25/3/2022 – Trabalho: o que me trouxe até aqui? Reflexões sobre o que eu recebo e o que eu entrego 01/04 – Situações Difíceis, como lidar?
- 20/5/2022 – O Valor do Trabalho na minha vida.
- 27/5/2022 – A Morte faz parte da vida! Vamos refletir sobre essa certeza?
- 2/6/2022 – Sentir e Evoluir, O Poder da Conexão
- 5/8/2022 – Vamos falar sobre meditação? (2 turmas concomitantes).
- 12/8/2022 – Você é feliz no seu trabalho? (2 turmas concomitantes).
- 15/8/2022 – Aposentadoria – Uma Reflexão Necessária. Vamos Falar Sobre Ela? (4 encontros com um grupo fixo para aprofundamento do tema) 1/4
- 2/9/2022 – Comunicação e, tempos de Redes Sociais.
- 9/9/2022 – Gestão Emocional.
- 16/9/2022 – Situações Difíceis na Vida. Como lidar?
- 19/9/2022 – Aposentadoria – Uma Reflexão Necessária. Vamos Falar Sobre Ela? (4 encontros com um grupo fixo para aprofundamento do tema.) 2/4
- 7/10/2022 – Como as doenças que afetam pessoas queridas impactam a nossa vida? (2 turmas concomitantes)
- 17/10/2022 – Aposentadoria – Uma Reflexão Necessária. Vamos Falar Sobre Ela? (4 encontros com um grupo fixo para aprofundamento do tema.) 3/4
- 28/10/2022 – Por que tanta pressa? Para onde isso me leva?
- 21/11/2022 – Aposentadoria – Uma Reflexão Necessária. Vamos Falar Sobre Ela? (4 encontros com um grupo fixo para aprofundamento do tema.) 4/4
- 25/11/2022 – O Futuro nos aguarda, mas e o agora? Onde deve ficar?
- 2/12/2022 – 2022 – Um ano desafiador. Vamos organizar as ideias juntos?

- 3/3/2023 – Como a Vida Multitarefa nos Impacta?
- 9/3/2023 – É Cor de Rosa Choque, Por isso não provoque.
- 15/3/2023 – Que estratégias você usa para se manter informado e em aprendizado sem adoecer?
- 24/3/2023 – Como está sua relação com os seus filhos?
- 31/3/2023 – Orgulho do casulo à libertação.
- 16/4/2023 – Como está sendo a minha rotina após o retorno do trabalho presencial? (2 turmas concomitantes).
- 28/4/2023 – Como a cultura de violência afeta as pessoas?
- 5/5/2023 – Papo de Homem: Como Expressar Sentimentos de Cuidar da Saúde Mental?
- 5/5/2023 – A Força do Cuidado e do Afeto em Nossa Criação.
- 11/5/2023 – Como a questão da violência nas escolas mexeu comigo?
- 12/5/2023 – Papo de Homem: O que se espera de ser homem?
- 19/5/2023 – Papo de Homem: O que é sexo para o homem?
- 26/5/2023 – Papo de homem: Como se dá a educação dos homens?
- 26/5/2023 – Como é para você sentir-se excluído?
- 26/5/2023 – Círculo Presencial – III Mutirão Cuida de Mim - UNIFESP
- 2/6/2023 – Como Está o Seu Relacionamento Conjugal?
- 23/6/2023 – O que você sabe sobre a FELICIDADE?
- 30/6/2023 – Eu e minha criança interior. Nossos sonhos caminham juntos?
- 1/7/2023 – Você Sabe o que é Justiça Restaurativa? (2 turmas concomitantes).
- 28/9/2023 – Reflexões Noturnas Sobre a Aposentadoria
- 29/9/2023 – Um olhar restaurativo para a repetição de padrões.
- 10/10/2023 – PAPO DE HOMEM: homem e sua família.
- 17/10/2023 – PAPO DE HOMEM: homem companheiro.
- 19/10/2023 – Minha casa é Restaurativa?
- 24/10/2023 – PAPO DE HOMEM: homem trabalhador.
- 26/10/2023 – Reflexões Noturnas Sobre a Aposentadoria.
- 27/10/2023 – Liberdade para Ser.
- 31/10/2023 – PAPO DE HOMEM: homem consigo mesmo.
- 10/11/2023 – Como você está envelhecendo?
- 16/11/2023 – Como lidamos com as diferenças nos nossos relacionamentos sociais?
- 24/11/2023 – Como está sua Criança Interna?
- 30/11/2023 – Reflexões Noturnas Sobre a Aposentadoria.
- 7/12/2023 – A Beleza Circular do Fim e do Recomeço.

Fonte: expediente administrativo SEI 0045575-62.2023.4.03.8000

Campanhas de Sensibilização sobre o tema Acessibilidade e Inclusão

Foram realizadas campanhas de sensibilização com o objetivo de disseminar conhecimento acerca do tema da acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência, publicadas entre janeiro e dezembro de 2023, de acordo com o calendário de datas comemorativas definido pela Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão da 3.^a Região – CPAI-3R.

- Abril - "O espectro autista é amplo e não tem cara. Respeite";
- Maio - Dia Mundial de Conscientização sobre Acessibilidade;
- Julho - LBI - Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência;
- Agosto - Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo;
- Setembro - 26/09 - Dia Nacional do Surdo. Responsável;
- Outubro - Dia Nacional da Pessoa com Deficiência Física;
- Dezembro - Dia do Cego.

As campanhas estão disponíveis no link: <https://www.jfsp.jus.br/sustentabilidade-e-acessibilidade/campanhas/acessibilidade/2023>

Fonte: expediente administrativo SEI 0004203-33.2023.4.03.8001



ODS 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

TRF3 de Portas Abertas – Para uma Visão Cidadã

Serviço oferecido pela Ouvidoria-Geral a qualquer interessado em conhecer a estrutura e o trabalho de magistrados e servidores da Justiça Federal da 3.^a Região.

A ação tem o objetivo de propiciar o conhecimento humanizado do trabalho desenvolvido na Justiça Federal de 1.^o e 2.^o grau.

As visitas podem ser realizadas de forma presencial ou virtual.

A visita presencial pode ser realizada em duas modalidades e para fins culturais, acadêmicos, históricos e jornalísticos.

Na visita presencial para fins culturais, o interessado visita o Centro de Memória da Justiça Federal da 3.^a Região, a sala do Plenário e/ou das Turmas do Tribunal, e, eventualmente, gabinetes com breve explanação.

A outra modalidade de visita presencial acontece por agendamento. O evento tem início em uma Vara Federal do 1.^o grau, possibilitando conhecer o trabalho e assistir a audiências. Na sequência, já na sede do Tribunal é possível acompanhar por meio de vídeo ou presencialmente uma sessão de julgamento realizada pelas Turmas ou Seções que compõem o Tribunal. O programa prossegue com palestras sobre a estrutura, competência e funcionamento da Justiça Federal da 3.^a Região, bem como sobre as carreiras no Poder Judiciário Federal.

As visitas virtuais propiciam o conhecimento humanizado do trabalho desenvolvido no 1.^o e 2.^o graus da Justiça Federal da 3.^a Região.

A ferramenta ampliou o acesso ao projeto TRF3 de Portas Abertas, permitindo que pessoas de todo o planeta participem das visitas virtuais.

A visita virtual pode ser realizada a qualquer tempo, por qualquer pessoa que tenha acesso à internet e é composta por uma série de 14 vídeos sobre a Justiça Federal, a competência, a jurisdição, a criação e ampliação do Tribunal, mostrando uma sessão de Turma criminal. Abordam, ainda, os projetos da Seção Judiciária de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, como o PopRuaJud e o JEF Itinerante. Há módulos a respeito dos Juizados Especiais Federais, dos crimes federais, inclusive com audiências em matéria previdenciária e criminal, também sobre o Programa de Conciliação da Justiça Federal da 3.^a Região, bem como as inovações e avanços tecnológicos e as boas práticas, tais como o Processo Judicial Eletrônico – PJe, o SIGMA, os Laboratórios de Inovação, entre outros.

Os vídeos contam com recursos de acessibilidade comunicacional como tradução em Libras, legenda, e, ainda, versão com audiodescrição. A visita virtual pode ser acessada pelo link <https://www.trf3.jus.br/visitetrf3>.

- Foram realizadas 8 visitas presenciais com 244 participantes, no período de 14/11/2021 a 31/12/2023.
- Foram fornecidos 56 certificados na visita virtual.

Fonte: expedientes administrativos SEI 0013462-55.2023.4.03.8000 e 0027459-42.2022.4.03.8000

Outro ODS relacionado: ODS 16 - Paz, justiça e instituições fortes

Curso “Gestão de Resíduos Sólidos na JF3R”

No formato de ensino à distância, em 2022, a Seção Judiciária de São Paulo ofereceu o curso de Gestão de Resíduos Sólidos na JF3R com a carga horária de 30h. Foram realizadas quatro turmas com 40 inscritos em cada turma.

O conteúdo programático do curso incluiu: o caminho do lixo; a política de resíduos sólidos; e como construir o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de forma colaborativa.

Outro ODS relacionado: ODS 12 - Consumo e produção responsáveis.

Curso “Plano de Logística Sustentável”

Em 2023, a Seção Judiciária de São Paulo, ofereceu o curso Plano de Logística Sustentável na modalidade EAD, com a carga horária de 10h. Foram realizadas duas turmas com 40 e 65 inscritos, respectivamente.

O conteúdo programático do curso incluiu: O que é Plano de Logística Sustentável; Evolução Histórica e normativa; Princípios e Diretrizes; Temas; Plano de Logística Sustentável - principais indicadores na 3.ª Região; Metas e resultados.

Outro ODS relacionado: ODS 12 - Consumo e produção responsáveis.

Curso “Acessibilidade e Inclusão da Administração Pública”

Nos anos de 2022 e 2023, a Seção Judiciária de São Paulo ofereceu em EAD o curso Acessibilidade e Inclusão da Administração Pública com a carga horária de 15h. Foram realizadas sete turmas que totalizaram 290 inscritos.

O conteúdo programático do curso incluiu: introdução; contexto histórico: exclusão, segregação, integração, inclusão; modelos de compreensão da deficiência: caritativo, biomédico e social; a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU; conceitos legais de deficiência e inclusão; o que são barreiras?; consequências da adoção legal do modelo social de deficiência; o que é acessibilidade; acessibilidade na Administração Pública; acessibilidade em obras e serviços de engenharia; acessibilidade em eventos; acolhimento do servidor com deficiência; atendimento da pessoa com deficiência usuária de serviços públicos; pessoas com deficiência e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Outro ODS relacionado: ODS 12 - Consumo e produção responsáveis.

Curso “Inclusão social e laboral das pessoas com deficiência intelectual ou transtorno do espectro autista”

Oferecido em 2023, o curso on-line de 5h, oferecido pela Seção Judiciária de São Paulo teve 144 inscritos em três turmas e abordou:

Unidade 1 - Histórico e características diagnósticas da pessoa com deficiência intelectual;

Unidade 2 - Histórico e características diagnósticas da pessoa com o transtorno do espectro autista (TEA);

Unidade 3 - A metodologia do emprego apoiado;

Unidade 4 - A inclusão profissional da pessoa com deficiência intelectual na perspectiva prática: o papel da família e da sociedade como fonte de apoio.

Outro ODS relacionado: ODS 12 - Consumo e produção responsáveis.



ODS 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

Ouvidoria Especial: Vítimas de Discriminação Racial, Mulheres, Diversidade (LGBTQIAPN+) e Vulneráveis

A Ouvidoria Especial foi criada para oferecer amplo acesso à Justiça, de forma célere, prioritária e simplificada, por meio de tratamento especial aos manifestantes, em razão de discriminação racial, do gênero, das pessoas que se identificam por diversidade (LGBTQIAPN+) pessoas em situação de rua, imigrantes, migrantes, refugiados, pessoas com deficiência, povos indígenas ou outras populações tradicionais.

O manifestante é atendido, quando solicitado, por pessoa de igual gênero, para fins de viabilizar ou facilitar denúncias de assédio moral ou sexual, salvo em caso de impossibilidade momentânea. A Ouvidoria-Geral poderá indicar prioritariamente desembargadora federal, juíza federal ou servidora para o atendimento em caso de ausência de substituto ou este não possuir a qualificação exigida.

Os manifestantes acima mencionados têm tratamento prioritário.

No que se refere às pessoas com deficiência visual ou mobilidade reduzida, existe a possibilidade de atendimento pessoal no andar térreo, com a criação de espaço próprio. Tais prioridades estão dispostas na Portaria n.º 02, de 29 de novembro de 2022, da Ouvidoria-Geral da Justiça Federal da Terceira Região, artigos 5.º, inciso I, e 20, parágrafo único.

A Ouvidoria recebeu três manifestações com invocação do gênero feminino desde a implantação do serviço especial.

Fonte: expediente administrativo SEI 0029626-32.2022.4.03.8000

Outros ODS relacionados: ODS 10 - Redução das desigualdades; ODS 16 - Paz, justiça e instituições fortes.

Curso de Atendimento ao Público

Os servidores que atuam na Ouvidoria-Geral da 3.^a Região foram capacitados para o atendimento aos usuários, com foco no tratamento de dados (LGPD), ao racismo estrutural, à mulher, aos que se identificam como Diversidade+ (LGBTQIAPN+), às pessoas em situação de rua, imigrantes, refugiados, pessoas com deficiência, povos indígenas ou outras populações tradicionais, bem ainda às questões sociais sensíveis, com abordagem ética de alteridade, viabilizando a denominada "escuta ativa".

Fonte: expediente administrativo SEI 0016838-49.2023.4.03.8000

Outros ODS relacionados: ODS 10 - Redução das desigualdades; ODS 16 - Paz, justiça e instituições fortes.



Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos

Adesão ao programa de Uso Racional da Água – Pura – Sabesp

O objetivo do programa é promover o uso racional dos recursos hídricos e combater o desperdício de água. A adesão ao projeto PURA ocorreu em 13/6/2023 e foi formalizada após o levantamento de todo o processo de consumo e utilização de água nas edificações da Seção Judiciária de São Paulo que aderiram ao programa, detecção dos pontos críticos desse consumo, vistoria das unidades (com a devida correção de desperdícios relacionados aos equipamentos hidráulicos e hidrossanitários), definição de metas e plano de ação, que inclui inspeções hidráulicas regulares e campanhas de conscientização, tendo como meta a diminuição do consumo de água em até 10% em relação ao consumo médio do exercício anterior à adesão, bem como a redução de 25% na tarifa das Subseções Judiciárias participantes.

Fonte: expediente administrativo SEI 0013757-60.2021.4.03.8001



Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos

Implantação de Usina Fotovoltaica em Fóruns da Seção Judiciária de São Paulo

Estudos iniciados em 2017 culminaram com a implantação da Usina Fotovoltaica de Barueri, em 2021, que propicia a compensação da energia excedente em outra unidade da JFSP.

Assim, seguindo o projeto e visando a utilização do potencial solar existente no Estado de São Paulo, foi implantado sistema de geração distribuída de energia, com fonte alternativa de baixo impacto ambiental, reduzindo os gastos com consumo de energia elétrica da Seção Judiciária de São Paulo, por meio do Sistema de Compensação de Energia Elétrica previsto na Resolução Normativa 482 de 17 de abril de 2012 da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Foram instaladas usinas fotovoltaicas nos seguintes Fóruns Federais:

- Presidente Prudente, conclusão do projeto em 15/2/2021
- Assis, conclusão do projeto em 22/2/2022
- Araçatuba, conclusão do projeto em 27/10/2023

Em São José dos Campos o projeto está em execução para a contratação de serviços e fornecimento de materiais para instalação de microgeração distribuída, com fonte solar. A economia de gastos com energia pode ser observada nos dados divulgados no [Painel de BI - Plano de Logística Sustentável da SJSP](#).

Na Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, foram contratadas empresas especializadas sem engenharia, visando a aquisição e implantação de sistema de microgeração de energia solar fotovoltaica nas subseções de Campo Grande, Dourados e Três Lagoas.

Fonte: expediente administrativo SEI 0015742-98.2020.4.03.8001; 0015079-52.2020.4.03.8001; 0015787-05.2020.4.03.8001; 0024268-88.2019.4.03.8001; 0010278-93.2020.4.03.8001; 0001236-15.2023.4.03.8001; 0000696-95.2022.4.03.8002; 0000699-50.2022.4.03.8002 e 0000700-35.2022.4.03.8002



ODS 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos

Vídeo “Capacitismo e os Desafios para a Acessibilidade”

O vídeo foi produzido pela Assessoria de Comunicação – ACOM em 2022, e contou com a participação da Secretaria Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência de São Paulo - SMPED, com uma médica da Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD e com um servidor do Tribunal. O vídeo foi produzido com recursos de acessibilidade como Libras, legenda e audiodescrição e pode ser visualizado no canal do YouTube do Tribunal.

O objetivo do vídeo foi celebrar o “Dia Internacional das Pessoas com Deficiência”, comemorado em 3 de dezembro, a partir da discussão de temas como capacitismo e barreiras para a inclusão de pessoas com deficiência no trabalho.

Versão do vídeo com audiodescrição: <https://youtu.be/Z8bJQMr3vnA>

Fonte: Expediente administrativo SEI 0044970-53.2022.4.03.8000

Outro ODS relacionado: ODS 16 - Paz, justiça e instituições fortes.

Painel “Inclusão Profissional de Pessoas com Deficiência no Serviço Público: Acesso, Permanência e Ascensão”

Evento promovido pelo Grupo de Trabalho e Estudos sobre Acessibilidade e Inclusão no âmbito da Seção Judiciária de São Paulo em conjunto com a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão da 3.^a Região (CPAI-3R), no dia 18/5/2023, no formato on-line, via plataforma Teams, com o objetivo de celebrar o dia do trabalhador e o dia mundial de conscientização da acessibilidade a partir do debate sobre inclusão profissional de pessoas com deficiência no serviço público na perspectiva do acesso, da permanência e da ascensão.

O evento contou com a participação de 139 pessoas e pode ser visualizado no canal do Youtube da Justiça Federal de São Paulo: <https://www.youtube.com/live/A6O-6mGYyPA?feature=share>

Fonte: Expediente administrativo SEI 0004203-33.2023.4.03.8001

Outro ODS relacionado: ODS 16 - Paz, justiça e instituições fortes.

Workshop “Como Incluir Pessoas com Deficiência Intelectual no Trabalho”

Como parte da programação das atividades e ações em comemoração ao dia Internacional da Pessoa com Deficiência, no dia 6/12/2023, foi realizado o workshop on-line, com duração de 3h e a participação de 30 servidores. O curso teve o objetivo de apresentar aspectos teóricos e práticos da inclusão de pessoas com deficiência intelectual no trabalho

Fonte: Expediente administrativo SEI 0041167-28.2023.4.03.8000

Outro ODS relacionado: ODS 16 - Paz, justiça e instituições fortes.

Oficina “Reflexões sobre o enfrentamento do trabalho escravo e tráfico de pessoas”

O Laboratório de Inovação da Justiça Federal em São Paulo - iJusPLab realizou a oficina “Reflexões sobre o enfrentamento do Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas”, que contou com a presença de 24 participantes de diversas instituições.

A oficina teve o objetivo de reunir os atores da rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas e trabalho escravo, para que pudessem se conhecer e entender o trabalho uns dos outros, verificar os gargalos, aumentar a interação e construir soluções conjuntas.

Participaram representantes das seguintes instituições da rede de enfrentamento: a Polícia Federal, os Ministérios Públicos do Trabalho e Federal, o Ministério do Trabalho por meio de seus Auditores Fiscais, a Defensoria Pública da União, a Organização Internacional para as Migrações, OIM, o Centro de Apoio e Pastoral do Migrante, a ASBRAD - Associação Brasileira de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude, Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC, Missão Paz e Justiça Federal.

Após um trabalho colaborativo de imersão e empatia, que refletiu na formulação de 3 perguntas norteadoras, foi elaborado um documento com recomendações e boas práticas, contendo 15 enunciados.

Fonte: Expediente administrativo SEI 0005545-79.2023.4.03.8001

Outro ODS relacionado: ODS 16 - Paz, justiça e instituições fortes.

Projeto Oficial de Justiça Pacificador

O projeto surgiu a partir de oficina de Design Thinking realizada no iJuspLab para idealizar formas de dar efetividade ao artigo 154, VI do CPC, que prevê que o Oficial de Justiça possa levar ao juiz proposta de acordo oferecida por alguma das partes, incrementando assim a conciliação. Oficiais de Justiça relatavam, nas execuções movidas por Conselhos Regionais de Fiscalização Profissional, que muitos executados interessados em quitar os débitos tinham dificuldades de comunicação com os Conselhos. Esses executados muitas vezes estão impedidos de realizar suas atividades profissionais por estarem em débito com os Conselhos, impactando negativamente seu acesso ao trabalho decente e sua contribuição para o crescimento econômico.

O Oficial de Justiça ao citar o executado apresenta uma proposta de acordo previamente encaminhada pelo exequente, e tem acesso direto ao exequente para atualização do valor se necessário, permitindo o envio imediato dos boletos. Se a proposta for aceita pelo executado, ocorre a suspensão da penhora e a reativação do seu cadastro profissional para que possa voltar a exercer seu trabalho.

Fonte: expediente administrativo SEI 0268708-23.2021.4.03.8000

Programa de Gerenciamento de Aposentadorias na Seção Judiciária de São Paulo

O gerenciamento de aposentadorias na Seção Judiciária de São Paulo compreende a implantação de um programa de preparação para a aposentadoria, acompanhamento sistemático das informações a partir da análise de dados estatísticos referentes às aposentadorias, preparação dos gestores para facilitar o repasse do capital intelectual e acompanhamento pós-aposentadoria. Com relação aos gestores, o intuito é sensibilizá-los quanto à importância da aposentadoria, tanto em relação à interação com os servidores que se encontram nesta fase funcional quanto em relação à importância da gestão do conhecimento.

Fonte: expediente administrativo SEI 0064876-02.2017.4.03.8001



ODS 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

Palestra sobre Direito Indígena

Atualizar magistrados e servidores, bem como fomentar a reflexão sobre o tema, com a finalidade de garantir os direitos da população indígena.

Fonte: expediente administrativo SEI 0001171-23.2023.4.03.8000

Outro ODS relacionado: ODS 16 - Paz, justiça e instituições fortes.

Painel: Viva os Catadores! A relevante contribuição dos catadores de materiais recicláveis para o desenvolvimento sustentável

Em comemoração ao mês do meio ambiente, a Justiça Federal da 3.^a Região, no dia 27/6/2023, realizou o evento com duração de 2h que reuniu catadores de materiais recicláveis cooperativados e especialistas em gestão de resíduos.

O evento está disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=wQk3AvZt-pA>

Fonte: expediente administrativo SEI 0018525-61.2023.4.03.8000

Outro ODS relacionado: ODS 12 - Consumo e produção responsáveis.

Projeto “Vamos Descontrair”

Projeto desenvolvido no Tribunal com vistas ao fomento à qualidade de vida no ambiente de trabalho, por meio de encontros do público interno do Órgão, em curtos intervalos em horários de almoço, apenas, e a quem puder participar, para encontros musicais e de troca de experiências e conversas sobre o trabalho ou outros assuntos, em ambiente de interação entre magistrados, servidores, estagiários e funcionários terceirizados. A valorização do ambiente de trabalho como local de desenvolvimento de novos conhecimentos, dinâmico para novas iniciativas que contribuam à melhor execução das rotinas diárias em cada setor do Tribunal.

Houve o aproveitamento do piano existente no Tribunal, patrimônio que foi doado ao Órgão e estava sob risco de deteriorar-se pela falta do correto uso. O bem foi revitalizado e atualmente está devidamente mantido por servidores que tocam piano e que passaram a usá-lo em horário de almoço, com a participação do público interno a ouvi-los, nesses pequenos intervalos. A partir dessa iniciativa, demais servidores puderam também participar dessa ação tocando instrumentos próprios. A ação ocorre uma vez ao mês.

Realização de 8 edições do "Vamos descontrair" com média de público circulante entre 40 e 60 pessoas, por evento.

Fonte: expediente administrativo SEI 0014807-56.2023.4.03.8000



ODS 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

Palestra de Contratações Sustentáveis

Promover a adoção de práticas de responsabilidade socioambiental, por meio da conscientização do público interno sobre a importância da inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações.

O programa de capacitação integrou parte das ações em comemoração ao dia internacional do meio ambiente, realizadas no mês de junho de 2022.

O tema contratações públicas sustentáveis à luz da recente lei de licitações é fundamental ao trabalho nos Órgãos Públicos, e observa, ainda, a determinação estabelecida pela Resolução n.º 347, do Conselho Nacional de Justiça, normativo que dispõe sobre a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário e que ao ser editado, fez constar em suas considerações:

“(…) a adoção da Agenda 2030 das Nações Unidas e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável nas dimensões sociais, ambientais, econômicas, culturais e éticas pelo Judiciário Brasileiro no Planejamento Estratégico de 2020 e da sua institucionalização com a criação da Comissão Permanente de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2030, pela Resolução CNJ nº 296/2019 (…)”

Fonte: expediente administrativo SEI 0017676-26.2022.4.03.8000

Outro ODS relacionado: ODS 16 - Paz, justiça e instituições fortes.

Curso sobre Desfazimento de Bens e Gestão de Patrimônio Público

Capacitar os participantes a realizarem a melhor gestão dos materiais e planejarem o desfazimento de bens de forma a garantirem o direcionamento adequado do material.

Fonte: expediente administrativo SEI 0001938-61.2023.4.03.8000

Outro ODS relacionado: ODS 16 - Paz, justiça e instituições fortes.

Curso Boas Práticas de Gestão de Resíduos para a Justiça Federal da 3.ª Região

Visando disseminar boas práticas em gestão de resíduos, o curso foi realizado de 2 a 21/6/2023, em modalidade híbrida, com material de estudo em EAD e aula ao vivo, tendo como público-alvo servidores do Tribunal e das Seções Judiciárias que trabalham diretamente com a gestão dos resíduos produzidos nos prédios da 3.ª Região.

Outros ODS relacionados: ODS 12 - Consumo e produção responsáveis; ODS 16 - Paz, justiça e instituições fortes.

Programa Ambientação Institucional

Apresentar o Plano de Logística Sustentável aos servidores que ingressam no órgão e divulgar as ações socioambientais e de acessibilidade e inclusão realizadas durante as ambientações de novos servidores.

- 26 ambientações para 104 novos servidores, em 2022;
- 17 ambientações para 73 novos servidores, em 2023.

Outro ODS relacionado: ODS 16 - Paz, justiça e instituições fortes.

Plano de Ações – Indicadores do PLS

No âmbito do Plano de Logística Sustentável - PLS, e em cumprimento à Resolução PRES n.º 504, de 22 de fevereiro de 2022, o Tribunal, a SJSP e a SJMS elaboraram os Planos de Ações para o período de 2022 a 2026, no qual registraram os trabalhos a serem desenvolvidos para o alcance das metas estabelecidas para a melhor gestão socioambiental. Trata-se de ferramenta utilizada para aprimorar as ações em sustentabilidade, pois ao estabelecer metas, prazos, procedimentos entre outros dados objetivos, possibilita o efetivo acompanhamento das práticas em execução e seus respectivos resultados. O plano é dinâmico e elaborado em conjunto pelas equipes das unidades que acompanham e controlam os dados relativos aos indicadores do PLS juntamente com a unidade de sustentabilidade dos órgãos.

Os planos de ação estão divulgados nos endereços eletrônicos:

<https://www.jfsp.jus.br/sustentabilidade-e-acessibilidade/plano-de-logistica-sustentavel-pls>

<https://www.trf3.jus.br/adeq/gestao-socioambiental/plano-de-logistica-sustentavel-pls-jf3r>

Fonte: expediente administrativo SEI 0039503-59.2023.4.03.8000; 0020610-20.2023.4.03.8000; 0013393-54.2022.4.03.8001



ODS 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

Eliminação de Precatórios Findos com a Temporalidade Cumprida

A atividade de gestão documental é rotineira no Tribunal e consiste na publicação de editais com a relação de precatórios judiciais findos com a temporalidade cumprida para que haja sua eliminação.

O Tribunal eliminou, desde 2008, mais de 136 toneladas de papel. Toda essa massa documental é destinada às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

A gestão documental tem o objetivo de realizar o gerenciamento de informações relevantes em toda documentação produzida pelo Tribunal, independentemente de seu suporte. A eliminação é um dos resultados do trabalho de gestão documental e implica na destruição dos documentos que, no processo de avaliação interno, pela Comissão de Gestão Documental e em consonância com os normativos editados, foram considerados sem valor para guarda permanente, através da fragmentação do suporte para reciclagem.

Entre os anos de 2021 e 2023 foram fragmentados e doados 16.787 kg de papel às cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Fonte: expediente administrativo SEI 0048177-60.2022.4.03.8000

Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS

Como grande gerador de resíduos, a Justiça Federal da 3.^a Região elaborou o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS de suas sedes em atendimento à Lei n.º 12.305/2010 e diretrizes da Política de Gestão de Resíduos Sólidos, estabelecida pela Resolução PRES n.º 451/2021. O PGRS é um conjunto de atividades cuja finalidade é dar aos resíduos a destinação mais adequada, de acordo com as suas características.

O trabalho de elaboração dos PGRS foi coordenado pela Comissão Permanente de Gestão Socioambiental da Justiça Federal da 3.^a Região – CGSA-3R.

Os planos de gerenciamento de resíduos sólidos das unidades da JF3R estão publicados no endereço eletrônico: <https://www.trf3.jus.br/adeq/gestao-socioambiental/gestao-de-residuos>.

Fonte: expediente administrativo SEI 0016340-50.2023.4.03.8000; 0019159-59.2020.4.03.8001

II Gincana Lacre Amigo

A campanha reuniu grupos de servidores para coletar lacres de latinhas de alumínio e angariar uma cadeira de rodas para doação a instituição filantrópica por meio do Projeto Lacre Amigo com o objetivo de sensibilizar os participantes para a importância da correta coleta seletiva seguida da devida reciclagem, da transformação de resíduos por meio de processo industrial para a fabricação de novos produtos.

Fonte: expediente administrativo SEI 0011372-08.2022.4.03.8001.

Outro ODS relacionado: ODS 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

Projeto “Escreva uma Nova História”

Reciclar todos os tipos de lápis grafite, lápis de cor, lapiseiras, canetas, canetinhas, borrachas, apontadores, destaca textos, marcadores permanentes e marcadores para quadro branco usados e que não tenham mais utilidade, independente da marca, através de cadastro na Terracycle e envio do material a ser reciclado para a Brigada de Instrumentos de Escrita Faber-Castell.

A campanha é permanente. Foi lançada em junho de 2022 como parte das ações em comemoração ao dia internacional do meio ambiente e renovada em 2023.

No início deste ano, em 2024, a campanha renovada teve como objetivo a coleta desses itens de escrita considerando-se a troca de material escolar, convidando-se o público interno do Tribunal a depositar os itens em desuso na caixa coletora alocada no prédio. A ação pretende dar destaque ao trabalho de coleta seletiva, de reaproveitamento de materiais, de ação de cidadania em prol da sustentabilidade.

Fonte: expediente administrativo SEI 0026190-07.2018.4.03.8000



ODS 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

Programa POP RUA JUD

Visando garantir à população em situação de rua o acesso aos serviços públicos para o exercício de direitos básicos de cidadania, à assistência social, à saúde e à justiça, a partir da atuação conjunta, colaborativa e articulada entre as diversas instituições do poder público federal, estadual e municipal, bem como organizações da sociedade civil, surgiu o Pop Rua Jud.

A **1.ª edição** ocorreu para o atendimento à população em situação de rua no município de São Paulo, denominado **Pop Rua Jud SAMPA**, foi realizado nos dias 15 a 17 de setembro de 2022.

Dados do 1.º Mutirão:

- Mais de 8.000 pessoas ingressaram na área do mutirão nos três dias em que foi realizado.
- Foram fornecidas cerca de 10.000 marmitas, 3.000 kits de higiene, 1.500 absorventes femininos, além de toalhas para o banho e roupas limpas.
- Foram realizados 450 cortes de cabelo, vacinação em 722 pessoas, testagem de sífilis, HIV e hepatites em 147 indivíduos, além do atendimento de saúde em outras 568 pessoas.
- Foram expedidos, alterados ou regularizados 116 cadastros de pessoas físicas (CPF), 292 títulos de eleitor, 92 carteiras de trabalho digital, 207 documentos relacionados ao serviço militar, destacando-se 17 casos de alistamento.

Boa parte dos indivíduos obtiveram orientação sobre outros documentos ou sobre procedimentos por parte do CIC - Centro de Integração da Cidadania do Estado de São Paulo, que realizou 600 atendimentos, da Caixa Econômica Federal com um total de 200 atendimentos sobre auxílio Brasil/ auxílio emergencial, 200 sobre PIS e 500 sobre FGTS.

E foram feitos 300 atendimentos de orientação a regressos do sistema penitenciário e cadastramento para trabalho.

Fonte: expediente administrativo: 0000979-27.2022.4.03.8000

O **2.º Mutirão**, também aconteceu no município de **São Paulo** nos dias 21 a 23 de novembro de 2022.

Esta edição contou com a participação de 80 estudantes voluntários, a maioria cursando direito na Pontifícia Universidade Católica e no Mackenzie, que trabalharam na triagem para obter mais informações para o correto encaminhamento.

Atuaram, ainda, 40 magistrados, entre juízes e desembargadores federais, que organizaram a entrega de senhas, a triagem, os serviços prestados e também participaram como tutores de assistidos e 62 servidores do Poder Judiciário Federal que acompanharam as pessoas e impediram a dispersão e saída do evento sem o completo atendimento, bem como auxiliaram os juízes federais em suas atividades.

Dados do 2.º Mutirão:

- Foram prestados 9.654 atendimentos para pessoas que ingressaram na área do Mutirão nos três dias em que foi realizado.
- Foram atendidas 420 pessoas pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SMADS) da Prefeitura de São Paulo, entre elas, 20 famílias, que foram encaminhadas a abrigos e equipamentos de acolhimento da municipalidade.
- Foram fornecidas 9.900 marmitas (3.300 por dia de evento), 3.200 kits de higiene bucal, 1.000 absorventes femininos, além de dezenas de brinquedos, que foram usados durante o evento e, depois doados às crianças em situação de rua.
- Foram realizados 400 cortes de cabelo, 100 avaliações odontológicas, 200 testes para DST (sendo que houve cuidado integral às infecções sexualmente transmissíveis, com 50 atendimentos médicos e diversos encaminhamentos para tratamento ou controle – coleta VDRL), 200 aferições de pressão arterial e 600 pessoas foram vacinadas contra Influenza e/ou COVID-19 (Coronovac).
- O núcleo de cidadania realizou 757 atendimentos. As pessoas (nacionais e estrangeiras) foram atendidas em diferentes órgãos públicos.
- Foram direcionadas para cadastramento no Cadastro Único para Programas Sociais 450 pessoas.
- Foram emitidos 326 RGs (98 no primeiro dia, 110 no segundo dia e 118 no terceiro dia do evento).
- Foram realizados 429 atendimentos pela Receita Federal (184 pesquisas fiscais, 39 orientações, 34 alterações, 26 regularizações, 26 inscrições e 154 2as vias de CPF).
- Foram realizados 713 atendimentos pelo TRE-SP (emitidos 420 títulos de eleitor e 293 requerimentos de dispensa de pagamento de multa).

- A Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo (ARPEN) realizou 83 atendimentos.
- O Exército fez 355 atendimentos, sendo 71 no dia 21/11/2022, 124 no dia 22/12/2022 e 160 no dia 23/11/2022. Foram emitidos 163 certificados de dispensa de incorporação (CDI), 64 impressões de CDI, 85 atestados de desobrigação com o serviço militar, 22 alistamentos militares (22 para maiores de 30 anos e 9 para demais situações), 4 inclusões de nome social e 8 dispensas de seleção por problema social.
- As Defensorias Públicas totalizaram 501 atendimentos, sendo pela DPE 180 atendimentos civis e 321 criminais, e 123 pela DPU, incluindo perícia, avaliação social, Benefício de Prestação Continuada, Informações, consulta e encaminhamentos para: Auxílio-Brasil, saque PIS/FGTS, CadÚnico.
- A Agência ONU para Refugiados atendeu 200 imigrantes de diversas nacionalidades (Mali, Nigéria, Venezuela, Paraguai, Guiné Bissau, Cabo Verde, Angola, Guiné Equatorial, Camarões, etc) e o Centro de Referência do Atendimento ao Imigrante (CRAI) atendeu 50 pessoas.
- A Justiça Federal realizou 54 atendimentos, sendo 43 perícias relacionadas a 25 processos, dentre os quais, 11 foram distribuídos no JEF por ocasião do evento (e 14 já haviam sido distribuídos previamente).
- o TRT-2 realizou 3 atermações e cerca de 25 consultas processuais.
- O Tribunal de Justiça realizou 381 atendimentos, sendo 187 Certidões criminais e de execuções criminais SAJ, 92 Certidões de execuções criminais – SIVEC, 15 atendimentos comparecimentos (albergados), 3 agendamentos virtuais para comparecimento mensal (assinatura de "carteirinha"), 77 pedidos de extinção de multa penal (por hipossuficiência - impossibilidade de pagamento) e 7 atendimentos diversos.
- O Ministério Público Federal realizou 5 atendimentos.

Boa parte dos indivíduos obtiveram orientação sobre outros documentos ou sobre procedimentos por parte do CIC – Centro de Integração da Cidadania do Estado de São Paulo e da Caixa Econômica Federal e também houve orientação a egressos do sistema penitenciário e cadastramento para trabalho.

Fonte: expediente administrativo: 0032577-96.2022.4.03.8000

Ampliando a realização dos mutirões, foi realizado o **1.º Pop Rua Jud PANTANAL** para o atendimento à população em situação de rua no município de Campo Grande/MS, realizado nos dias 6 a 8 de março de 2023.

Coordenado pelo TRF3 e a Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, envolveu a articulação entre as diversas instituições do poder público federal, estadual e municipal, bem como organizações da sociedade civil, para a realização do mutirão na Unidade de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias (UAIFA I) de Campo Grande/MS.

Dados do 3.º Mutirão:

- Cerca de 1.005 pessoas passaram pela triagem do evento nos três dias.
- Foram distribuídas 1.800 refeições.
- Foram realizados 302 atendimentos para RG .
- Expedição de 220 certidões.
- 226 atendimentos no Cadastro Único para Programas Sociais.
- 159 atendimentos na Caixa Econômica Federal, incluindo consulta à auxílios, Bolsa Família, PIS, auxílio gás, entre outros.
- Foram realizados 128 atendimentos para regularização ou obtenção de título de eleitor pelo TRE.
- Na DPE foram realizados 145 atendimentos e na DPU foram realizados 65 atendimentos.
- O INSS atendeu 116 pessoas.
- A FUNSAT, agência de empregos em Campo Grande, realizou 162 atendimentos e a FUNTRAB foram 122.
- Na junta militar foram realizados 198 atendimentos, contando com retorno.
- Foram realizados 700 testes rápidos, dentre eles o de sífilis e HIV, além da aplicação de 109 vacinas de COVID-19.
- Pelo SENAI, foram realizados 42 atendimentos para fichas de cadastros nos cursos de qualificação profissional.
- No SENAC houve o atendimento para verificação de SSVV (sinais vitais) e orientação de saúde, bem como o atendimento de 118 pessoas no corte de cabelo.
- A Polícia Federal que realizou 56 atendimentos dentre os quais: autorização de residência; recadastramento de refúgio; 2.ª via de documento SISMIGRA; acolhida humanitária; dentre outros.

Fonte: expediente administrativo: 0000254-95.2023.4.03.8002

O 4.º Mutirão foi denominado **Projeto Noroeste em Ação Cidadã**, parcerias por um mundo melhor, destinado ao atendimento à população em situação de rua e em vulnerabilidade no município de Fernandópolis/SP foi realizado nos dias 8 e 9 de março de 2023.

Participaram da ação 95 estudantes voluntários, sendo 2 do curso de Biomedicina, 31 do curso de Direito, 17 do curso de Enfermagem, 10 do curso de Fisioterapia, 29 do curso de Psicologia, 6 do curso de Serviço Social.

Os estudantes voluntários dos cursos de Direito e Psicologia, juntamente com os servidores da Justiça Federal de Jales, trabalharam na triagem que é o ponto central de orientação para os assistidos, momento em que é preenchido o formulário de triagem e identificados os serviços que cada pessoa irá utilizar durante a ação. Os voluntários da área de saúde e serviço social trabalharam nas tendas das respectivas áreas.

Participaram nove servidores da Justiça Federal de Jales e um servidor da Justiça Federal de São Paulo, que organizaram a entrega de senhas, a triagem, os serviços prestados e também participaram como tutores de assistidos, acompanharam pessoas e impediram a dispersão e saída do evento sem completo atendimento, bem como auxiliaram os juízes federais em suas atividades.

Uma perita judicial realizou as perícias médicas no local do evento.

Dados do 4.º Mutirão:

- Foram prestados 7.352 atendimentos para pessoas que ingressaram na área do Mutirão nos dois dias em que foi realizado.
- A Secretaria Municipal do Meio Ambiente doou 310 mudas de árvores.
- A Secretaria Municipal de Saúde realizou 81 testes rápidos de Covid, 368 testes de glicemia, 420 aferições de pressão arterial, 75 pessoas foram orientadas sobre alimentação saudável, 95 pessoas receberam orientação sobre saúde bucal e 84 pessoas atualizaram suas carteiras de vacinação.
- A Secretaria Municipal de Assistência Social atendeu 118 famílias.
- 98 livros foram doados pela Secretaria Municipal de Cultura
- A Secretaria Municipal de Esportes e de Educação realizou recreação e contação de histórias para 50 crianças que estiveram no local.
- 160 pessoas procuraram informações sobre empreendimento imobiliário da Minha Casa Minha Vida.

- A Escola Adventista doou 2500 peças de roupas no Varal Solidário.
- Foram realizados 292 atendimentos da área da beleza, entre eles: corte e hidratação de cabelo, design de sobrancelha e esmaltação.
- O Hospital do Amor – Unidade de Prevenção de Fernandópolis – esteve presente com a Carreta do Amor e realizou 58 exames de mamografia.
- O Posto de Atendimento ao Trabalhador, Poupatempo, Banco do Povo, Cartórios, Junta Militar, ônibus da cidadania, Justiça Eleitoral juntos realizaram mais de 900 atendimentos, entre orientação e expedição de documentos.
- O Tribunal Regional Eleitoral esteve representado pelos 150.^a e 302.^a Cartórios Eleitorais que fizeram 110 atendimentos, assim divididos:

Cartório da 150.^a Zona Eleitoral: 37 títulos expedidos, 2 alistamentos (primeiro título), 23 transferências eleitorais, 12 revisões de título de eleitor, 31 guias de multa para regularização em ausências às eleições (eleitores regulares com pendência)

Cartório da 302.^a Zona Eleitoral: 14 títulos expedidos, 3 alistamentos (primeiro título), 10 transferências eleitorais, 1 revisão de título de eleitor, 25 guias de multa para regularização em ausências às eleições (eleitores regulares com pendência), 3 reimpressões de títulos regulares.

- O Poupatempo de Fernandópolis registrou um total de 173 atendimentos nos dois dias, sendo: 73 agendamento de RG; 18 agendamentos de carteira nacional de habilitação (CNH); 1 CNH digital; 1 CNH definitiva; 1 atestado de antecedentes criminais; 3 CPFs; 3 comprovantes de situação cadastral de CPF; 8 Carteira de Trabalho Digital; 4 Cartão do SUS; 4 Situação Eleitoral; 7 Nota Fiscal Paulista; 47 Informações em Geral; 1 Recadastramento site Poupatempo; 2 Cadastro site do GOV; 1 Nota Enem.
- As Defensorias Públicas fizeram 141 atendimentos pela DPE e 80 pela DPU.
- Os Advogados da União atenderam 27 pessoas, o INSS e a sua Procuradoria atenderam o total de 111 pessoas.
- A Justiça Federal realizou 37 atendimentos, 4 perícias realizadas durante a ação e 1 perícia médica agendada para o dia 13/3/2023, 4 audiências de conciliação realizadas com acordos homologados.
- O Tribunal Regional do Trabalho da 15.^a Região realizou 21 atendimentos.
- O Tribunal de Justiça realizou 15 atendimentos.
- O Ministério Público realizou 13 atendimentos.
- A Caixa Econômica Federal registrou 67 atendimentos
- O SEBRAE efetuou 49 atendimentos.
- O empreendimento imobiliário alcançou 160 interessados.
- A Ordem dos Advogados do Brasil registrou 39 atendimentos.

Fonte: expediente administrativo: 0022320-09.2022.4.03.8001

Nos dias 25, 26 e 27 de abril de 2023 foi realizado o **5.ª Mutirão – Pop Rua Jud Osasco**.

Esta edição contou com mais de 140 estudantes e voluntários, a maioria cursando direito na UNIFESP e Anhanguera, inscritos como voluntários para trabalhar na triagem e como tutores “anjos” para conseguir mais informações para o correto encaminhamento.

Participaram, ainda, seis magistrados federais, que organizaram a entrega de senhas, a triagem, os serviços prestados e também participaram como tutores de assistidos, e 10 servidores da Justiça Federal de Osasco, que atuaram na organização e condução dos atendimentos, acompanharam pessoas e impediram a dispersão e saída sem completo atendimento, bem como auxiliaram os juízes federais em suas atividades.

Foram prestados cerca 6.875 atendimentos para pessoas que ingressaram na área do Mutirão nos três dias em que foi realizado.

- Foram fornecidas aproximadamente 900 marmitas (cerca de 300 por dia de evento) e 1004 kits de higiene pessoal.
- Foram realizados 280 cortes de cabelo, 250 avaliações oftalmológicas e outros 250 atendimentos médicos com 95 testes para DST (sendo que houve cuidado integral às infecções sexualmente transmissíveis) e diversos encaminhamentos para tratamento ou controle e 365 pessoas foram vacinadas contra Influenza e/ou COVID-Bivalente.
- O Cadastro Único Para Programas Sociais atendeu 248 pessoas.
- foram realizados 203 atendimentos pela Secretaria da Justiça e Cidadania.
- 179 atendimento pela CEF.
- 139 atendimentos pelo IIRGD.
- 83 atendimentos pela Receita Federal (entre pesquisas fiscais, orientações, alterações, regularizações, inscrições e 2.ªs vias de CPF).
- 214 atendimentos realizados pelo TRE-SP, com a emissão de 124 títulos de eleitor e 90 requerimentos de dispensa de pagamento de multa.
- O Exército, por meio da junta militar, fez 114 atendimentos, emitiu 64 certificados de dispensa de incorporação (CDI), 10 impressões de CDI, 31 atestados de desobrigação com o serviço militar, 6 alistamentos militares (3 para maiores de 30 anos e 3 para demais idades) e 3 dispensas de seleção por problema social.
- Defensoria Pública do Estado de São Paulo - DPE atendeu 115 pessoas entre atendimentos civis e criminais.
- Defensoria Pública da União (DPU) atendeu cerca de 80 pessoas, prestou cerca de 20 atendimentos de informação à população em situação de rua, esclarecendo dúvidas, fornecendo orientações jurídicas e informações sobre direitos e recursos disponíveis. Ao todo, foram abertos nove procedimentos internos para análise de demandas judiciais, sendo que cinco foram imediatamente ajuizados pela DPU.

As ações ajuizadas visavam garantir o acesso ao benefício previdenciário pleiteado pelos assistidos e todas as cinco ações judiciais ajuizadas obtiveram acordo judicial com o INSS e foram devidamente homologados no Juizado Especial Federal de Osasco, garantindo-lhes a proteção social necessária.

- A Justiça Federal realizou 10 atendimentos, dentre os quais, cinco foram distribuídos no JEF por ocasião do evento e um processo já havia sido distribuído previamente.
- O TRT2 realizou 61 atendimentos, sendo 37 consultas processuais e cinco atermações.
- O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo realizou 34 atendimentos, sendo 7 expedições de certidões criminais e de execuções criminais SAJ, 2 pedidos de extinção de multa penal (por hipossuficiência - impossibilidade de pagamento) e 25 atendimentos diversos.
- O Ministério Público Federal realizou 16 atendimentos.

Cerca de 30 pessoas na condição de imigrantes compareceram e foram atendidas durante a realização do evento pela Secretaria Executiva de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Fonte: expediente administrativo: 0004578-34.2023.4.03.8001

O 6.º Mutirão ocorreu em Sorocaba – **Pop Rua Jud/Humanização**.

O mutirão de atendimento à população em situação de rua no município de Sorocaba/SP foi realizado nos dias 8 e 9 de maio de 2023.

Participaram 40 estudantes voluntários da Faculdade de Direito de Sorocaba – FADI - inscritos como voluntários para trabalhar na triagem para conseguir mais informações para o correto encaminhamento, além de 10 magistrados, dentre juízes e desembargadores federais, que organizaram a entrega de senhas, a triagem, os serviços prestados e também participaram como tutores de assistidos, e 20 servidores da Justiça Federal que acompanharam pessoas e impediram a dispersão e saída do evento sem completo atendimento, bem como auxiliaram os juízes federais em suas atividades.

- Foram prestados cerca de 400 atendimentos para pessoas que ingressaram na área do mutirão nos dois dias em que foi realizado, excetuando-se a Semana do Registre-se - que foi um evento concomitante.
- Foram fornecidas 200 marmitas por dia de evento, além de kits de higiene bucal, absorventes femininos, além de doação de roupas.

- A triagem do núcleo de cidadania realizou 400 atendimentos; 150 atendimentos foram direcionados para o cadastramento no Cadastro Único Para Programas; a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo (ARPEN) realizou 218 atendimentos e a Receita Federal realizou 70 atendimentos.
- O Exército fez 136 atendimentos.
- A Defensoria Pública Estadual (DPE) realizou 30 atendimentos.
- A Justiça Federal realizou a triagem para 400 atendimentos. Nove resultaram em processos, com perícias realizadas e proposta de acordo em oito deles, no Juizado Especial Federal.

Boa parte dos indivíduos obtiveram orientação sobre outros documentos ou sobre procedimentos por parte do CIC – Centro de Integração da Cidadania do Estado de São Paulo e da Caixa Econômica Federal.

Fonte: expediente administrativo: 0003553-83.2023.4.03.8001

7.º Mutirão – Pop Rua Jud Campinas, entre os dias 15 e 16 de junho de 2023.

O mutirão foi coordenado pelo TRF3 e envolveu a articulação entre as diversas instituições do poder público federal, estadual e municipal, bem como organizações da sociedade civil, a se destacar o apoio da Prefeitura de Campinas, por meio de várias de suas secretarias e também dos diversos órgãos que trabalharam conjuntamente para garantir à população em situação de rua o acesso aos serviços públicos, à assistência social, à saúde e à justiça.

Esta edição contou com o trabalho e a colaboração de 25 magistrados e servidores, 49 estudantes, 30 voluntários (não estudantes) e 134 colaboradores das instituições parceiras.

Nos dois dias em que houve o mutirão, foram distribuídas 950 marmitas, 1.400 lanches e 696 kits de higiene. Foram distribuídas 1.081 senhas e preenchidos 609 formulários de triagem, sendo realizados os seguintes atendimentos/serviços pelos órgãos:

- A Justiça Federal de Campinas registrou 9 processos iniciados, 4 acordos homologados, 8 perícias realizadas e 1 perícia médica agendada.
- A Caixa Econômica Federal realizou 163 atendimentos.
- A Defensoria Pública da União realizou 21 atendimentos, enquanto a Defensoria Pública Estadual realizou 121 atendimentos.
- Foram realizados 70 encaminhamentos odontológicos.
- O INSS realizou 150 atendimentos.

- O Exército realizou um total de 95 serviços, entre eles: 19 Atestados de Desobrigado com o Serviço Militar; 57 atualizações de dados e emissão de CDI; 3 alistamentos militares para maiores de 30 anos; 15 impressões de CDI; e 1 2.^a via de CDI.
- O Ministério Público do Estado de São Paulo realizou 8 atendimentos.
- A Secretaria de Justiça e Cidadania, do Governo de São Paulo (Ônibus da Cidadania), realizou 592 serviços, dentre os quais: 144 orientações; 75 segundas vias de RG; 61 segundas vias de CPF; 85 segundas vias de certidões; 49 certidões eleitorais (TSE); 78 CTPS digitais; 24 atendimentos da Receita Federal; 32 emissões de antecedentes criminais; e criação de 44 e-mails.
- A Organização Internacional para as Migrações realizou 6 atendimentos.
- O CPAT – Centro Público de Atendimento ao Trabalhador realizou 73 atendimentos com 42 encaminhamentos para vaga de emprego.
- O Poupatempo realizou 181 atendimentos, sendo 99 RGs na mesa, 33 no totem, 18 orientações e 31 demais serviços. O IIRGD emitiu 107 RGs.
- A Secretaria de Saúde do Município de Campinas realizou 800 atendimentos.
- O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo registrou 83 serviços realizados, sendo 34 certidões criminais e de execuções criminais SAJ, 9 atendimentos de comparecimento (para albergados), 2 pedidos de extinção de multa penal por insuficiência de pagamento (devido à hipossuficiência) e 38 atendimentos diversos.
- A Justiça Eleitoral contabilizou 16 alistamentos; 22 transferências de títulos de eleitor; 16 revisões; 50 segundas vias; 1 certidão de quitação eleitoral; e 81 requerimentos de dispensa de multa.

Fonte: expediente administrativo: 0005283-32.2023.4.03.8001

Entre os dias 28 e 29 de junho de 2023, o **1.º Pop Rua Jud Santos** marcou a realização do **8.º Mutirão** de atendimento à população em situação de rua para o acesso aos serviços públicos com vista ao exercício de direitos básicos de cidadania, à assistência social, à saúde e à justiça.

O evento contou com 324 inscritos como voluntários dentre servidores da Justiça Federal, estagiários e pessoas ligadas aos movimentos sociais do município, além de estudantes de universidades locais e oito Juízes Federais de Santos e de São Vicente.

- Foram prestados 628 atendimentos para pessoas que ingressaram na área do Mutirão nos dois dias em que foi realizado.
- Foi oferecida alimentação a todos os atendidos através do programa Bom Prato do governo do Estado de São Paulo, e também oferecidos os serviços de cortes de cabelo, aferições de pressão arterial e vacinação contra Influenza.

- Foram realizados serviços de castração, aplicação de vacinas e distribuição de ração a cachorros e gatos também compuseram o projeto.
- Foram realizados 264 atendimentos pelo Poupatempo.
- 12 processos de auxílio emergencial analisados pela AGU.
- 3 pessoas atendidas pelo Instituto de Tecnologia Social
- Foram 273 atendimentos envolvendo aferição de pressão arterial, verificação de glicemia, orientações quanto a hipertensão e diabetes pela Unimes.
- O JEF recebeu 25 processos, realizou 25 perícias e homologou um acordo em LOAS.
- Foram emitidas 109 carteiras de identidade (RG)
- A Prefeitura de Santos registrou mais de 1000 participantes, 144 novos cadastros no Desenvolvimento Social, cerca de 150 doses de vacina, 260 aferições de pressão, testes de glicemia, de detecção de tuberculose e hepatite C.
- Foram atendidos os pets, com a realização de: 65 castrações, 430 aplicações de vacina, 200 doses de antipulga e distribuição de sacolas com ração e medicamentos.
- foram doadas 3500 peças de roupas, 500 pacotes de absorvente, 462 livros e 569 gibis.
- A Receita Federal atendeu 108 pessoas, emitiu 105 CPFs e 3 MEIs.
- O TRE expediu 128 títulos, realizou 34 alistamentos, 56 transferências, 33 revisões, 5 2.ªs vias, 49 dispensas de multa e 15 certidões de quitação eleitoral.
- A Secretaria de Justiça e Cidadania fez 434 atendimento e encaminhamento de serviços.
- A Defensoria Pública do Estado fez 156 atendimentos.

Fonte: expediente administrativo SEI 0008022-75.2023.4.03.8001

O **1.º POP Rural Zumpa** foi realizado no Assentamento Zumbi dos Palmares - Iaras (SP), objetivando Cidadania e Desenvolvimento Sustentável.

9.º Mutirão do programa, realizado no Município de Iaras, São Paulo, possibilitou o acesso aos serviços públicos para o exercício de direitos básicos de cidadania, assistência social, saúde, educação e assistência técnica rural, à Comunidade Zumbi dos Palmares, entre os dias 10 a 13 de setembro de 2023.

O evento contou com participação voluntária dos magistrados e servidores da Justiça Federal de Avaré.

A Prefeitura Municipal de Iaras disponibilizou a estrutura física da Escola do Assentamento Zumbi dos Palmares, realizando a adequação da rede elétrica. A municipalidade também se responsabilizou pela limpeza e segurança do evento.

Foi contratado serviço de instalação de link e infraestrutura de redes wifi, e locação de cinco impressoras multifuncionais, com suporte técnico durante a realização do evento.

- A Secretaria de Saúde aplicou 96 doses de vacinas em crianças e adultos. Foi realizado 1 atendimento odontológico e 4 atualizações do cartão SUS. Também foram realizados testes de glicemia e aferição da pressão arterial, não contabilizados devido à alta demanda.
- A Secretaria Municipal de Assistência Social realizou 22 inclusões e 47 atualizações no Cadastro Único. Houve 13 orientações sobre documentação e cidadania, 15 orientações sobre Benefício de Prestação Continuada e 36 sobre benefícios eventuais.
- O CRAS ficou responsável por entregar as remessas prontas dos documentos que foram solicitados ao Poupatempo, Secretaria da Justiça e Cidadania e à Polícia Civil nos dois dias do evento. Foram entregues 251 documentos de identidade (RG) e 20 certidões de casamento e nascimento.
- O projeto “Adote uma Árvore” da Secretaria do Meio Ambiente de Iaras distribuiu 3.500 mudas de árvores nativas e frutíferas como: Flamboyant, Ingá, Goiaba, Jacarandá Mimoso, Ipê (roxo/amarelo/branco), Sibipiruna, Manga, Abacateiro, Pitanga, Boldo, Roseiras, entre outras.
- A Secretaria Municipal de Educação, através da Cozinha Piloto da Escola, serviu café, água e refrigerante e distribuiu 5.000 saquinhos de pipoca e 5.000 lanches para a população presente no evento. Também foram fornecidas refeições aos colaboradores do evento.
- A Secretaria de Transporte de Iaras disponibilizou 3 ônibus de 46 lugares para diferentes rotas dentro do Assentamento em três horários diferentes 8h, 11h e 14h, para o transporte da população. Foram disponibilizados carros para apoio de idosos, gestantes e crianças, bem como uma van adaptada para cadeirantes. Uma ambulância com equipe médica e de enfermagem ficou à disposição para eventuais emergências.
- O JEF de Avaré realizou sete audiências de conciliação, instrução e julgamento e houve o julgamento de um processo extrapauta.
- O INSS realizou 127 atendimentos ao público. Recursos administrativos foram impulsionados, assim como houve a concessão administrativa de uma aposentadoria e em outro caso, o complemento de informações faltantes possibilitou a concessão da aposentadoria.
- Foram realizados cerca de 200 cortes de cabelos.
- O TRE por intermédio da 205.ª Zona Eleitoral de Cerqueira César realizou nove alistamentos eleitorais, 45 transferências de títulos, 7 revisões, 3 emissões de segunda vias de títulos e 14 dispensas de recolhimento de multa.

- Um eleitor com os direitos políticos suspensos foi encaminhado para a Defensoria Pública e conseguiu emitir a certidão de extinção da pena para regularização do título de eleitor. E um outro eleitor solicitou a dispensa do voto obrigatório, em virtude do seu quadro clínico, apresentando os documentos comprobatórios da deficiência.
- A Caixa Econômica Federal, além de orientações financeiras, estimou um número de 100 atendimentos conclusivos. Os serviços mais procurados foram em relação a FGTS, crédito rural, PIS (cadastro e abono salarial), App Caixa TEM, Bolsa-Família, Habitação e CPF.
- A Receita Federal do Brasil realizou 20 correções de CPF (alterações, regularizações e segundas vias), 10 pesquisas fiscais e cadastrais (consultas de débitos e pendências cadastrais), 10 certidões para o INCRA (consulta de empresas solicitada aos contribuintes pelo INCRA) e 10 orientações diversas (preenchimento de DIRPF, como regularizar pendências e outras).
- O SEBRAE participou do evento com o SEBRAE móvel. O órgão realizou 17 atendimentos, sendo seis baixas de CNPJ/MEI (encaminhadas pela Receita Federal), duas aberturas de MEI e nove orientações técnicas (4 sobre abertura de empresa e acesso a crédito e 5 sobre parcelamento de débitos do MEI). Além dos atendimentos, foi feita a divulgação do programa ALI Rural, ainda ativo no Assentamento, sendo realizada a aproximação com pelo menos oito produtores.
- A Secretaria Estadual da Justiça e Cidadania, através da unidade móvel do “Cidadania Itinerante” realizou 370 atendimentos, resultado nos seguintes serviços prestados pelo órgão: 32 solicitações de certidões; 2 emissões de carteira de trabalho digital; 8 CPFs; 21 emissões de antecedentes criminais; 1 solicitação de segunda via de conta; 10 agendamento de RG; 9 currículos; 17 SERASA; 5 CNH; e 129 orientações. a Defensoria Pública da União realizou 49 atendimentos, sendo 34 previdenciários, 13 cíveis e 2 trabalhistas.
- A Defensoria Pública do Estado de São Paulo realizou 55 atendimentos iniciais que culminaram com a realização de 63 encaminhamentos de orientações jurídicas em geral, agendamento de atendimentos na Defensoria e providências jurídicas adotadas.
- O Ministério Público Federal esteve presente e realizou um atendimento que gerou uma Notícia de Fato que foi convertida em IPL.
- O Instituto de Identificação Ricardo Gumbert Daunt – IIRGD e o Poupatempo, juntos, emitiram 313 carteiras de identidade.
- O INCRA entregou 92 Contratos de Concessão de Uso (CCU) do lote rural e recebeu 18 pedidos para nova emissão de CCU. O órgão ainda realizou 350 atendimentos para regularização e solicitação de Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) e informações gerais.

- A Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo registrou os seguintes números de atendimento:
Rotas Rurais: 210 produtores receberam o CEP rural
CAR - Cadastro Ambiental Rural: 30 produtores atendidos
Consultas e orientações sobre produção agropecuária: 10 produtores
Atualização de LUPA - Levantamento de unidades agropecuária: 23 produtores
Orientações sobre piscicultura: 3 produtores
Participação da Reunião com a Associação ARZUP
Intenção de formalização de dois projetos:
FEHIDRO: Saneamento Básico para Moradias Rurais
Unidade demonstrativa sobre SPDH - Sistema de Plantio Direto na Palha de Hortaliças
- Mais de 50 mudas variadas comercializadas e cerca de 35 atendimentos e orientações pelo pessoal da CATI Sementes e Mudas - Núcleo de Avaré.

Fonte: expediente administrativo SEI 0022684-78.2022.4.03.8001

10.º Mutirão – Pop Rua Jud Guarulhos nos dias 13, 14 e 15 de setembro.

O principal objetivo da ação foi garantir à população em situação de rua, às comunidades indígenas locais e aos refugiados afegãos efetivo acesso aos serviços públicos em geral, especialmente os de assistência social, de saúde e da Justiça, a partir da articulação entre as diversas instituições do Poder Público federal, estadual e municipal e organizações da sociedade civil, de forma conjunta e concentrada.

- A ACNUR, CG-Conare, OIM, CASP e Instituto Adus com apoio da Polícia Federal atenderam 85 pessoas, sendo 64 Afegãos e 21 pessoas de outras nacionalidades (Líbano, Síria, Marrocos, Colômbia, Venezuela, Argentina, República Dominicana, Haiti, Espanha, Portugal e Letônia).
- A Arpen/SP realizou 42 atendimentos (pedidos de certidão), nas quais 37 certidões foram recebidas e encaminhadas ao IIRGD e/ou ao TRE e 5 certidões rejeitadas pelos cartórios porque não foram localizadas.
- Foram oferecidos 200 banhos pela Igreja Adventista.
- Foram realizados 254 atendimentos pelo CadÚnico.
- A Caixa Econômica Federal realizou 169 atendimentos.
- O Centro Pop e Sepop realizou 62 orientações, recebeu 8 solicitações de vaga para acolhimento e 1 solicitação de recâmbio.

- A Defensoria Pública da União realizou 85 atendimentos e 60 ações judiciais (sendo 55 ações judiciais novas e 5 já em curso).
- A Defensoria Pública do Estado de São Paulo registrou 84 atendimentos.
- O Governo do Estado de São Paulo - Secretaria de Justiça e Cidadania - Cidadania Itinerante realizou 617 atendimentos.
- O INSS totalizou 255 atendimentos entre requerimentos de benefícios, simulações de aposentadorias, acertos de vínculos, extratos do CNIS, senhas GOV e orientações. Além disso, 39 implantações de acordos homologados e finalização da implantação dos acordos PopRua a ocorrer após a realização de perícias.
- A Justiça Eleitoral – 176.^a Zona Eleitoral de Guarulhos realizou a expedição de 211 Títulos, 158 Dispensas de multa, emitiu 6 Certidões de quitação eleitoral, realizou 44 alistamentos, 47 transferências, 101 revisões e a emissão de 19 segundas vias.
- O Poupatempo realizou 58 agendamentos, 88 emissões de boleto, 20 emissões de documentos, 343 informações e acompanhamentos e 89 solicitações de documentos.
- A Prefeitura de Guarulhos contabilizou 2.514 atendimentos entre os diversos serviços.
- A Procuradoria Regional Federal da 3.^a Região (AGU) ajuizou 41 processos contra o INSS, 38 propostas de acordo e 3 impugnações.
- A Receita Federal realizou 212 atendimentos de CPFs.
- O Serviço Militar contabilizou 110 serviços realizados.
- O Tribunal Regional do Trabalho da 2.^a Região realizou 198 atendimentos.

Fonte: expediente administrativo: 0010813-17.2023.4.03.8001

O município de Ribeirão Preto recebeu o **11.º Mutirão - 1.º Pop Rua Jud Ribeirão** nos dias 28 e 29 de setembro de 2023.

Participantes, atividades e resultados do projeto:

- ACNUR, CG-Conare, OIM, GEMTI com apoio da Polícia Federal realizaram 28 atendimentos dos serviços: Atendimento a Refugiados e Migrantes; Orientação sobre direitos e verificação de documentação; e Pré-documentação e agendamento na Polícia Federal.
- Governo do Estado de São Paulo - Secretaria de Justiça e Cidadania: Cidadania Itinerante realizou 747 atendimentos para 142 pessoas.
- INSS realizou 150 atendimentos.
- Juizado Especial Federal de Ribeirão Preto realizou os serviços: 16 processos cadastrados; 8 acordos homologados; 1 sentença de mérito (procedente); 9 perícias médicas realizadas; 16 perícias socioeconômicas realizadas; e 7 perícias médicas pendentes.

Poupatempo: Agendamentos:

Carteira de Identidade: 11

Renovação com exame médico/renovação PCD/transf Intermunicipal de CNH vencida: 4
2.ª via, CNH Digital, CNH definitiva ou Transf. Intermunicipal de CNH na validade: 2

Emissão Boletim: RG - Carteira de Identidade: 38

Emissão de documento:

AAC - Atestado de Antecedentes Criminais: 3

Consulta de Pontos da CNH: 2

Informações e Acompanhamentos: Acesso Totem - Toque para iniciar: 200

Solicitação de documento:

RG - Carteira de Identidade: 38

- Prefeitura de Ribeirão Preto - Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua - Centro POP: 2.010 atendimentos.
- Procuradoria Regional Federal da 3.ª Região (AGU) contabilizou 7 propostas de acordo; 4 audiências de conciliação; 1 impugnação de laudo; 1 pedido de complementação de laudo; 1 petição de juntada PA/dossiês; 21 atendimentos/consultas; e 5 processos pendentes aguardando perícia.
- Serviço Militar - Posto de Recrutamento e Mobilização 02-003/Ribeirão Preto contabilizou 273 serviços realizados, entre eles: 33 atualizações de dados e emissão de CDI; 27 alistamento militar (maior de 30 anos); 61 alistamento militar; 124 impressão de CDI; 26 atestado de desobrigado com o serviço militar; 1 certificado de reservista (CR); e 1 certificado de isenção (CI).
- DPE SP - Defensoria Pública de São Paulo:

Pessoas atendidas: 155

Pessoas que concordaram em preencher o formulário de atendimento: 126. Após o preenchimento, verificou-se que: a) 60% das pessoas nunca tinham sido atendidas pela DPE anteriormente e; b) 31% das pessoas se encontram em situação de rua há mais de 3 anos.

- 11. DPU SP - Defensoria Pública da União - SP:
Atendimentos: 40
Ajuizamentos: 18
- Receita Federal do Brasil: cerca de 40 atendimentos, tais como expedição de CPFs e consultas fiscais.
- Atendimentos (triagem inicial): cerca de 400 por dia, totalizando 800.
- Kits de Higiene Pessoal:
 - escovas de dente, cremes dentais e sabonetes: 800
 - absorventes: 550 pacotes com 8 unidades

- Marmitex doados para o almoço: 500 por dia, totalizando 1.000.
- Voluntários inscritos: 186.

Fonte: expediente administrativo SEI 0009692-51.2023.4.03.8001

O **12.º Mutirão – Pop Rua Jud Santo André**, ocorreu nos dias 17, 18 e 19 de outubro de 2023, das 10h às 15h, na Praça do Carmo, Centro de Santo André - SP.

Foram atendidas 584 pessoas pela triagem nos três dias em que houve o mutirão, sendo que grande parte do público foi atraída pelos serviços de assistência social, em especial a alimentação fornecida, os cortes de cabelo, e a doação de calçados, roupas, cobertores e kits de higiene.

- A Prefeitura de Santo André contabilizou 40 atendimentos pelo Centro Público de Emprego, Trabalho e Renda (CPETR); 580 atendimentos pelo Fundo Social de Solidariedade (Escola de Ouro Andreense), sendo 225 cortes de cabelo, 58 design de sobancelhas e distribuição de 7.500 itens, entre roupas, sapatos, cobertores, kits de higiene e sacolas de pano); liberação de 346 kits lanche e 426 refeições no Bom Prato, 33 atendimentos de Primeira Vez e 512 Atendimentos/Orientações/Encaminhamentos/Acompanhamentos.
- Houve 80 cadastros no CadÚnico.
- A Caixa Econômica Federal realizou o atendimento de 137 pessoas e a Receita Federal fez 105 atendimentos.
- A Defensoria Pública Estadual atendeu 91 pessoas.
- O Ministério Público do Estado de São Paulo realizou 12 atendimentos, sendo: 3 referente ao Projeto "Encontre seu pai aqui"; 1 pessoa que constava como desaparecida nos sistemas de emissão de documentos; 1 impossibilidade de cadastro nos sistemas para obtenção de benefícios assistenciais; 1 relato sobre irregularidades em instituições de acolhimento de pessoas em situação de rua em São Paulo/SP; 1 referente à falta de assistência médica de uma pessoa que se encontra detenta no Centro de Detenção Provisória de Jundiaí; 1 que trata de uma irregularidade na curatela de pessoas que se encontram acolhidas na Casa Moradia Parque Miami; 1 sobre a localização de um investigado em processo penal; 1 orientação jurídica para vítima de violência doméstica. Um Procedimento Administrativo de Acompanhamento foi instaurado, visando acompanhar a Política Municipal para a População em Situação de Rua no município de Santo André.

- Foram atendidas 179 pessoas pela Secretaria de Justiça e Cidadania, do Governo de São Paulo (Cidadania itinerante), sendo 575 serviços, dentre os quais: 136 orientações; 33 segundas vias de RG; 63 segundas vias de CPF; 55 consultas ao Serasa; 23 segundas vias de certidões; 1 segunda via de CNH; 23 certidões eleitorais (TSE); 3 agendamentos no INSS; 135 CTPS digitais; 30 currículos; 5 atendimentos da Receita Federal; 2 renovações de CNH; 26 emissões de antecedentes criminais; criação de 40 e-mails.
- A Defensoria Pública Federal abriu 14 processos de assistência jurídica (PAJ) e processos judiciais foram ajuizados. Houve prestação de assistência extrajudicial gratuita à inúmeros cidadãos, em diversas demandas, como: encaminhamentos aos órgãos competentes, análise de viabilidade jurídica para concessão de benefícios previdenciários e assistenciais, bem como, nos casos de maior complexidade, houve encaminhamento à unidade fixa da DPU, em São Bernardo do Campo. Nos casos em que restaram preenchidos todos os requisitos para ajuizamento da demanda, foram imediatamente instaurados, com imediata realização de perícia judicial, e celeridade, haja vista a situação de rua dos assistidos.
- O Exército realizou um total de 82 serviços, entre eles estão: 46 atualizações de dados e emissão de CDI; 3 alistamentos militares para maiores de 30 anos; 16 alistamentos militares; 14 impressões de CDI; 1 Atestado de Desobrigado com o Serviço Militar; e 2 inclusões de nome social.
- O Tribunal Regional Federal da 2.^a Região contabilizou 135 atendimentos, nos 3 dias de evento, sendo 4 atendimentos verbais, 126 voluntários que trabalharam como “anjos” (sendo 33 no dia 17/10/2023, 47 no dia 18/10/2023 e 46 no dia 19/10/2023) e 5 consultas e atendimentos processuais.

Fonte: expediente administrativo SEI 0002808-72.2024.4.03.8000

O **Pop Rua Jud SAMPA III** encerrou o ano de 2023, totalizando **13 Mutirões** no programa de atendimento às pessoas em situação de rua e vulnerabilidade. Nos dias 24, 25 e 26 de outubro de 2023.

O mutirão teve, como objetivo, assegurar à população em situação de rua o acesso aos serviços públicos, à assistência social, à saúde e à justiça, a partir da articulação entre 84 instituições do poder público federal, estadual e municipal, bem como organizações da sociedade civil, a fim de proporcionar uma atuação conjunta e concentrada.

Dados do 13.º Mutirão:

- Cerca de 2.500 pessoas foram atendidas e foram abertos 961 formulários pela triagem nos três dias em que houve o mutirão, sendo que grande parte do público foi atraída pelos serviços de assistência social, em especial a alimentação fornecida e a doação de calçados, roupas e kits de higiene. Foram distribuídas 6.500 marmitas, além de lanche, cujo número ainda não foi apurado.
- O núcleo de imigrantes, formado pela ACNUR e OIM, atendeu 80 imigrantes provenientes de 20 nacionalidades diferentes.
- Os Correios doaram selos para a confecção de cartas, escritas por voluntários e que foram enviadas aos familiares dos assistidos.
- A Defensoria Pública Estadual atendeu 284 pessoas, sendo 105 demandas de natureza cível e 179 demandas de natureza criminal.
- O Ministério Público do Estado de São Paulo realizou 2 atendimentos de requisição de certidão de nascimento.
- A Secretaria de Justiça e Cidadania, do Governo de São Paulo (Cidadania itinerante), atendeu 295 pessoas sendo 1.133 serviços, dentre os quais: 227 orientações; 131 segundas vias de RG; 112 segundas vias de CPF; 87 consultas ao Serasa; 34 segundas vias de certidões; 7 segundas vias de CNH; 42 certidões eleitorais (TSE); 30 Boletins de Ocorrência; 2 agendamentos no INSS; 146 CTPS digitais; 25 currículos; 42 atendimentos da Receita Federal; 40 renovações de CNH; 3 segundas vias de conta de água; 77 emissões de antecedentes criminais; criação de 118 e-mails e 10 atendimentos para Defensoria Pública.
- A Arpen realizou 36 atendimentos/emitiu 16 certidões, rejeitou outras 3 e havia 17 pendentes de respostas que foram canceladas após o término do evento.
- O Poupatempo realizou 279 atendimentos, sendo 46 de RGs na mesa, 108 no Totem e 125 orientações. O IIRGD emitiu 144 RGs.
- A Receita Federal realizou 210 atendimentos, sendo 15 alterações/correções/cancelamentos; 113 segundas vias; 8 inscrições; e 17 orientações gerais.
- O Exército realizou um total de 282 serviços, entre eles: 41 Atestados de Desobrigado com o Serviço Militar; 100 atualizações de dados e emissão de CDI; 16 alistamentos militares para maiores de 30 anos; 14 alistamentos militares; 43 impressões de CDI; 5 Dispensas de Seleção (por problema social); 2 inclusões de nome social; 2 refratários; 5 Certificados de Reservista (CR); e 54 orientações.
- A Justiça Eleitoral contabilizou 30 alistamentos; 80 transferências de títulos de eleitor; 69 revisões; 54 segundas vias; 5 certidões de quitação eleitoral; 35 atendimentos a eleitores com direitos políticos suspensos; e 99 requerimentos de dispensa de multa.

- O Tribunal Regional Federal da 2.^a Região realizou 379 atendimentos nos 3 dias de evento, sendo 3 reduções a termo, 6 atendimentos verbais, 353 voluntários que trabalharam como “anjos” e 17 consultas e atendimentos processuais.
- O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo registrou 211 serviços realizados, sendo 177 certidões criminais e de execuções criminais SAJ, 2 atendimentos de comparecimento (para albergados), 14 pedidos de extinção de multa penal por insuficiência de pagamento (devido à hipossuficiência) e 18 atendimentos diversos.

Fonte: expediente administrativo: 0025650-80.2023.4.03.8000

Programa Juizados Itinerantes de Mato Grosso do Sul

A implementação de Atendimento Jurisdicional, sob a forma de Itinerância, tem por objetivo levar o atendimento da justiça aos locais mais carentes da sociedade e geograficamente distantes dos fóruns.

Esse atendimento visa promover o amplo acesso à Justiça Federal das populações privadas do atendimento formal, residentes em locais de difícil acesso territorial, tais como: população ribeirinha, residentes em assentamentos e aldeias indígenas, buscando ampliar a interiorização da Justiça Federal da 3.^a Região no Estado de Mato Grosso do Sul.

Os itinerantes têm jurisdição em todo o Estado de Mato Grosso do Sul e têm as seguintes atribuições, nos termos do Provimento CJF3R n.º 47/2021:

- I - Atendimento e informação às partes e procuradores(as);
- II - Protocolo, coleta de dados e inserção no sistema informatizado da Justiça Itinerante;
- III - Atos decisórios e de execução;
- V - Havendo recursos materiais e humanos, a realização de audiências e perícias no local.

As incursões contam com magistrados, servidores, conciliadores e entes públicos parceiros.

Itinerantes realizados entre novembro de 2021 e dezembro de 2023:

Corumbá/MS: no período de 16 a 20/11/2021 (1.^a fase) e 4 a 8/4/2022 (2.^a fase) com atendimento da população residente em locais de difícil acesso territorial, na Escola Municipal Rural Monte Azul, no Assentamento Taquaral, zona rural de Corumbá/MS.

Coxim/MS: no período de 25 a 29/7/2022, com atendimento da população residente em locais de difícil acesso territorial, na região do Município de Coxim/MS, tais como: população ribeirinha, residentes em assentamentos e em aldeias indígenas.

População Ribeirinha – Marinha: no período de 4 a 12/11/2022, com atendimento itinerante às comunidades ribeirinhas/aldeias indígenas do Tramo Norte do Rio Paraguai (de Corumbá/MS à divisa com Poconé/MT).

População Ribeirinha – Marinha: no período de 15 a 21/5/2023, com atendimento itinerante às comunidades ribeirinhas/aldeias indígenas do Tramo Sul do Rio Paraguai, município de Corumbá/MS.

População Indígena – Aquidauana/MS: no período de 11 a 15/9/2023, com atendimento das populações indígenas residentes nas proximidades do município de Aquidauana/MS (abrangendo as Aldeias de Limão Verde, Bananal e aldeias residentes nas proximidades da região).

O resultado dos itinerantes estão publicados em Painel de BI na página da Estatística - [Painel de BI - Juizados Itinerantes](#).

Fonte: expedientes administrativos SEI 0001857-14.2020.4.03.8002; 0002281-22.2021.4.03.8002; 0001156-82.2022.4.03.8002; 0001143-83.2022.4.03.8002; 0001178-09.2023.4.03.8002 e 0002163-75.2023.4.03.8002.

Outros ODS relacionados: Objetivo 1 - Erradicação da pobreza: Erradicar a pobreza em todas as formas e em todos os lugares; Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; Objetivo 10 - Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países.

Curso “Direito Inclusivo com Ênfase no Transtorno do Espectro Autista”

A realização deste curso ocorreu de uma parceria com a Escola Judicial do Pernambuco – ESMAPE TJPE. Com 20 horas de carga horária, ocorreu entre os dias 11/4/2022 e 5/5/2022 e 57 servidores foram aprovados no curso.

O objetivo foi desenvolver um novo olhar sobre a demanda das pessoas com deficiência, baseado nas normas de Direito Inclusivo em vigor, elevando a qualidade do atendimento a esse público a partir do conhecimento de suas necessidades, promovendo assim uma prestação jurisdicional isonômica.

Fonte: expediente administrativo SEI 0007936-44.2022.4.03.8000

Evento “Roda de Conversa: Desafios na Luta pela Inclusão de Pessoas com Deficiência”

O evento foi organizado pelo Grupo de Trabalho e Estudos sobre Acessibilidade e Inclusão no âmbito da Seção Judiciária de São Paulo em conjunto com a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão da 3.ª Região - CPAI-3R, ocorreu no dia 27/9/2022, com a carga horária de 1 hora e 45 minutos, no formato on-line, via plataforma Teams e contou com a participação de 138 participantes ao vivo.

Foi realizado para comemorar o “Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência” -21 de setembro -, abordando as dificuldades encontradas por essas pessoas na luta pela inclusão.

O evento encontra-se disponível para visualização no canal da Justiça Federal de São Paulo pelo link: <https://youtu.be/HkZaTw9-ISQ>.

Fonte: expediente administrativo SEI0014392-07.2022.4.03.8001

Festiva – 1.ª Festa Inclusiva

A Festiva foi uma “Fan Fest” para pessoas com deficiência que ocorreu no Centro de Treinamento Paralímpico, promovida pela Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo – SMPED no dia 2/12/2022, das 13h às 20h. A programação contou com a apresentação de dança da companhia Circodança Suzie Bianchi e show da banda JQuest, além da transmissão do jogo Brasil x Camarões, pela Copa do Mundo.

Com o objetivo de promover atividades de lazer, cultura e inclusão, sete servidores da Justiça Federal da 3.ª Região participaram do evento.

Fonte: Expediente administrativo SEI 0044970-53.2022.4.03.8000.

Evento “3.º Encontro Sobre Acessibilidade e Inclusão das PcD – O Caminho Até a Inclusão”

Realizado pelo Grupo de Trabalho e Estudos sobre Acessibilidade e Inclusão da Seção Judiciária de São Paulo em conjunto com a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão da 3.ª Região - CPAI-3R, no dia 29/11/2022, com a carga horária de 2h, no formato ao vivo, on-line, via plataforma Teams.

O evento contou com 48 participantes e encontra-se disponível para visualização no canal do YouTube da Justiça Federal de São Paulo pelo link: <https://youtu.be/9JCaoGWLcuc>.

Fonte: Expediente administrativo SEI 0019633-59.2022.4.03.8001.

Adesão à ata de registro de preço do Ministério da Economia para contratação de serviços de acessibilidade à informação e à comunicação para os órgãos e entidades da Administração Pública Federal - APF direta, autárquica e fundacional e renovação da contratação.

O Tribunal aderiu à ata de registro de preço do Ministério da Economia para contratação de serviços de acessibilidade à informação e à comunicação para os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional em 2022, com o objetivo de promover a acessibilidade à informação e à comunicação pela contratação de serviços de tradução/interpretação da língua portuguesa para a língua brasileira de sinais - LIBRAS, guia intérprete, transcrição simultânea das falas em texto e audiodescrição simultânea que são necessários aos cursos e eventos realizados, bem como vídeos produzidos pela Assessoria de Comunicação Social.

Dessa forma, eventos, cursos, ações de sensibilização, notícias, divulgados nas redes sociais da Justiça Federal da 3.ª Região podem ser traduzidos em linguagens acessíveis.

Em dezembro de 2023 o contrato foi renovado com as empresas fornecedoras dos serviços de acessibilidade até 2024.

Fonte: Expediente administrativo SEI 0037753-56.2022.4.03.8000

Logotipo da Política de Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência da 3.^a Região

Escolha, por meio de pesquisa, entre os servidores e magistrados da Justiça Federal da 3.^a Região, o logotipo com sua respectiva audiodescrição que identifica as ações desenvolvidas no âmbito da Política de Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência da 3.^a Região.

O objetivo foi criar a identidade visual para a Justiça Federal da 3.^a Região no que tange à Política de Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência e bem assim a cultura ao fomento das efetivas práticas de acessibilidade e inclusão, inseridas nas atividades e na prestação jurisdicional, atividade fim da justiça.

Fonte: Expediente administrativo SEI 0036929-97.2022.4.03.8000

Seminário de lançamento do Fórum Paulista de Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência e adesão do Tribunal Regional Federal da 3.^a Região e da Seção Judiciária de São Paulo

O evento foi realizado no dia 5/12/2023, presencial e remotamente, com duração de 4h, e teve a finalidade de apresentar o Fórum Paulista para Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência para toda sociedade, especialmente, para as pessoas com deficiência e suas famílias.

O Tribunal foi convidado a participar do Fórum pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, assim como a Diretoria do Foro da Seção Judiciária de São Paulo, foram indicados representantes da 3.^a Região para acompanhar as atividades e assinado o Protocolo de Intenções em 14/12/2023.

O Fórum é composto por agentes públicos e privados, membros do Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Federal e Estadual, da Assembleia Legislativa, da Câmara Municipal, dos Tribunais de Contas Estadual e Municipal, da Secretaria de Segurança Pública e de organizações profissionais, como OAB e Conselhos Regionais, entre outros, e tem o objetivo de promover o intercâmbio de medidas, notícias, informações e melhores práticas desenvolvidas por seus participantes, com vistas a transformar ações isoladas em planejamentos conjuntos que possam conferir mais efetividade à aplicação da Lei Brasileira de Inclusão.

O Seminário está disponível no canal do Youtube da Câmara Municipal de São Paulo, pelo link: https://www.youtube.com/live/N4_oYGBjTNA?si=UK7quG1T15TmmW4e.

Fonte: Expediente administrativo SEI 0033794-43.2023.4.03.8000.

4.º Encontro de Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência

O evento foi promovido pelo Grupo de Trabalho e Estudos sobre Acessibilidade e Inclusão no âmbito da Seção Judiciária de São Paulo em conjunto com a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão da 3.ª Região, no dia 7/12/2023, na modalidade on-line, com a duração de 2h.

Objetiva discutir temas transversais e atuais sobre a deficiência

O evento contou com a participação de 71 pessoas e está disponível pelo link: <https://www.youtube.com/live/Rm5jSE1n480?si=ptDLZANztrIc5T1>.

Fonte: Expediente administrativo SEI 0016062-46.2023.4.03.8001.

Reestruturação e Alteração do Sistema de Emissão de Certidão de Distribuição

Adaptação do Sistema de Emissão de Certidão de Distribuição aos contornos da Resolução CJF n.º 680/20 e Resolução PRES n.º 529/22, a fim de expedir certidão regional e unificada nacional.

A partir dos normativos e manutenção do sistema eletrônico de certidões de distribuição, foi possível aos usuários, partes ou não, em feitos na Justiça Federal, obter uma certidão regional, abarcando os três órgãos, Tribunal, SJSP e SJMS. O fornecimento da certidão é feito gratuitamente, pela internet, de forma bastante rápida. São expedidos mais de sete milhões de documentos por ano. Ademais, as alterações realizadas possibilitarão o fornecimento de certidão nacional.

Fonte: expediente administrativo SEI 0282338-49.2021.4.03.8000

Atendimento ao Cidadão: Acolhimento, Acessibilidade e Inclusão

O projeto visa a implantação, no Fórum Cível Ministro Pedro Lessa, localizado em São Paulo, de serviços virtuais e presenciais, bem como de leiaute com design universal que possam ser replicados em outros Fóruns, com a finalidade de obter excelência no atendimento, considerando o foco no cidadão, criando um ambiente amigável, eficaz e eficiente de trabalho e de atendimento, que garanta inclusão, acessibilidade, usabilidade, acolhimento, respeito e compreensão das necessidades dos usuários.

Fonte: expediente administrativo SEI 0018292-66.2020.4.03.8001

Comunicação de Infrações Administrativas e/ou Penais e Denúncias Anônimas

O projeto foi elaborado para as seguintes atuações:

a) Receber manifestações que contenham notícias de fatos que constituam crime ou infração administrativa relacionadas aos serviços da Justiça Federal da 3.^a Região. Após esclarecimentos pelo(a) autor(a) da suposta infração, a Ouvidoria-Geral decide sobre o encaminhamento aos órgãos públicos externos ou internos, competentes para a devida apuração.

b) Receber manifestações do Informante do Bem ou Whistleblower sobre crimes contra a Administração Pública praticados no âmbito do serviço da Justiça Federal da 3.^a Região, ilícitos administrativos ou quaisquer condutas lesivas ao interesse público por parte dos membros da Justiça Federal da 3.^a Região, seus servidores e terceirizados. As manifestações devem ser tratadas com sigilo e encaminhadas ao Ministério Público Federal e/ou Polícia Federal e/ou à autoridade competente para fins de reconhecimento da recompensa de até 5% do valor recuperado, desde que a informação possibilite a recuperação do produto do crime.

c) Receber manifestações com solicitação de preservação de identidade do usuário e encaminhá-las aos setores competentes com a devida omissão dos dados pessoais. No caso de relevante interesse público ou interesse concreto para a apuração dos fatos, os dados somente serão revelados mediante comunicação prévia ao informante e com sua concordância formal (art. 4.^o-B da Lei n.º 13.608, de 10/1/2018).

d) Receber denúncias de assédio moral ou sexual, praticado no âmbito da Justiça Federal da 3.^a Região e no ambiente de trabalho.

e) Receber manifestação quanto a prática de atos ilícitos de corrupção privada por pessoas físicas e/ou jurídicas, ainda que ausente relação direta ou indireta com ingresso ou contratação no serviço público federal da 3.^a Região.

Foram registradas cinco manifestações, contudo, ausentes fatos ou documentos de comprovação de ato supostamente infracional que autorizasse eventual apuração, por esta razão os expedientes foram arquivados, após o devido processamento.

Fonte: Portaria n.º 02, de 29 de novembro de 2022, da Ouvidoria-Geral da Justiça Federal da Terceira Região, artigos 22, 23, 24, 26 e 31; expediente administrativo SEI 0029626-32.2022.4.03.8000.

Uso da tecnologia para amplo acesso à Justiça e tratamento das manifestações recebidas pela Ouvidoria-Geral da Justiça Federal da 3.^a Região.

Utilização da tecnologia para facilitar o amplo acesso aos serviços oferecidos pela Justiça Federal da 3.^a Região, bem como permitir um tratamento das manifestações mais ágil e eficiente.

Fazem parte desse projeto:

a) Pesquisa de Satisfação, formulário disponível no site com o título “Avalie o Judiciário Federal da 3.^a Região”. As respostas são registradas em tempo real e os dados obtidos podem ser acessados de forma incontinente, possibilitando o aprimoramento dos serviços oferecidos pela Justiça Federal da 3.^a Região.

b) Chatbot, ferramenta implantada com a finalidade de ampliação da capacidade de atendimento aos usuários e a liberação de um servidor, antes dedicado ao atendimento por meio do WhatsApp tradicional. Idealizado para utilização de uma linguagem menos formal, de fácil entendimento pelo usuário, precipuamente aquele não representado por advogado ou pela Defensoria Pública e que necessita acompanhar e compreender as determinações e decisões proferidas no processo. Por meio do assistente virtual e, de acordo com a classificação escolhida para sua manifestação, o usuário receberá respostas automáticas extraídas de um banco de dados elaborado com base nos temas mais recorrentes acerca dos serviços prestados pela Justiça Federal da 3.^a Região.

c) Balcão Virtual, atendimento realizado pela plataforma Teams por meio do link <https://www.trf3.jus.br/balcao-virtual> ou pelo ícone disponível nas páginas iniciais do Tribunal e da Justiça Federal de São Paulo e de Mato Grosso do Sul no horário de atendimento ao público.

d) Inteligência Artificial ATENA – ferramenta que permitirá o processamento e o tratamento das manifestações recebidas pela Ouvidoria-Geral, atuando nas três etapas de trabalho: triagem automatizada; proposta de arquivamento e análise preditiva de satisfação preliminar do usuário com a resposta do uso da inteligência artificial para análise posterior, não eliminando, por regra, porém, a apreciação humana.

e) Possibilidade de consulta à página da Ouvidoria-Geral nos idiomas inglês e espanhol, a fim de facilitar o acesso do usuário ao serviço público e às suas ações, com a inserção das bandeiras dos Estados Unidos da América e da Espanha, na página inicial da Ouvidoria-Geral indicando a possibilidade de acesso aos idiomas inglês e espanhol, respectivamente.

Fonte: Portaria OUVI n.º 02/2022; expedientes administrativo SEI 0027809-93.2023.4.03.8000 e 0044257-44.2023.4.03.8000.

Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

Eventos realizados para a atualização profissional dos magistrados da Justiça Federal da 3.^a Região e, conforme o caso, extensivo a magistrados e servidores de outros Tribunais, bem como público externo.

- Mulheres Migrantes: O Caso das Juízas Afegãs e o Papel do Brasil no Acolhimento de Refugiadas (2021401067), ocorrido em 10/12/2021, com 2h de carga horária;
- Webinário A Prevenção e o Enfrentamento do Assédio Moral e Sexual no Âmbito da Justiça Federal (2021401066), ocorrido de 30/11/2021 a 2/12/2021, com 5h de carga horária;
- Webinário Direitos das Pessoas com Deficiência - Acessibilidade Digital (2021401065), ocorrido em 03/12/2021, com 2h de carga horária;
- Desnudando as Liberdades de Comunicação - Liberdade de Imprensa (2021401061), ocorrido em 18/11/2021, com 2h de carga horária;
- Proteção da criança no âmbito da subtração internacional: experiência comparada na América Latina (2021401068), ocorrido de 16/2/2022 a 18/2/2022, com 6h15 de carga horária;

- Reflexões sobre os desafios da mulher na atualidade (2022400008), ocorrido em 7/3/2022, com 2h30 de carga horária;
- Desafios Institucionais na Luta contra a Corrupção (2022400011), ocorrido em 5/5/2022, com 1h30 de carga horária;
- Meio Ambiente, Poder Judiciário e Agenda 2030 (2022400013), ocorrido de 8/6/2022 a 24/6/2022, com 20h de carga horária;
- Vamos Conversar sobre Ansiedade (2022400026), ocorrido em 30/8/2022, com 2h de carga horária;
- Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD): desafios e soluções (2022400024), ocorrido de 13/9/2022 a 22/9/2022, com 8h de carga horária;
- Vamos Conversar sobre Depressão (2022400028), ocorrido em 30/9/2022, com 2h de carga horária;
- Treinamento em Apreensão de Criptomoedas para Juízes e Desembargadores (2022400035), ocorrido de 7/11/2022 a 8/11/2022, com 7h de carga horária;
- Assédio Moral, Assédio Sexual e Discriminação: Vamos falar sobre (2023400003), ocorrido em 7/2/2023, com 3h30 de carga horária;
- A Liberdade de Expressão e a Liberdade de Imprensa como Conteúdos do Princípio da Democracia (2023400006), ocorrido em 27/2/2023, com 2h de carga horária;
- Liberdade de Expressão: há limites ao seu exercício? (2023400007), ocorrido em 28/2/2023, com 2h de carga horária;
- Precedentes Judiciais e Fundamentação Adequada da Decisão Judicial (2023400013), ocorrido de 1/3/2023 a 31/3/2023, com 30h de carga horária;
- Liberdade de Imprensa e Estado de Direito (2023400008), ocorrido em 1/3/2023, com 2h de carga horária;
- Liberdade de Imprensa: aspectos jurídicos civis e penais (2023400009), ocorrido em 2/3/2023, com 2h de carga horária;
- Vamos conversar sobre a voz das mulheres (2023400012), ocorrido em 9/3/2023, com 1h30 de carga horária;
- Vamos conversar sobre superaprendizagem (2023400011), ocorrido em 10/3/2023, com 2h de carga horária;
- Grupo de Estudo de Práticas de Justiça Restaurativa (2023400023), ocorrido de 28/4/2023 a 20/10/2023, com 78h de carga horária;
- Cine Debate Trabalho escravo e tráfico de pessoas: conversa sobre o filme Pureza (2023400027), ocorrido em 12/5/2023, com 4h30 de carga horária;
- Reconhecimento de pessoas no Processo Penal: Estudos e práticas para efetividade da medida (2023400028), ocorrido em 16/5/2023, com 9h de carga horária;
- Seminário Saúde Pública (2023400043), ocorrido em 3/8/2023, com 7h de carga horária;

- 10 anos da Lei de Organizações Criminosas - Lei n.º 12.850/2013 (2023400042), ocorrido de 14/8/2023 a 15/8/2023, com 5h de carga horária;
- Vamos Conversar sobre Burnout (2023400050), ocorrido em 17/8/2023, com 2h de carga horária;
- Seminário Justiça Restaurativa (2023400051), ocorrido em 18/8/2023, com 2h de carga horária;
- A Judicialização da Cannabis Medicinal (2023400053), ocorrido de 30/8/2023 a 31/8/2023, com 6h de carga horária;
- Vamos Conversar sobre Prevenção ao Suicídio (2023400056), ocorrido em 12/9/2023, com 2h de carga horária;
- Vamos conversar sobre o cuidado com idosos (2023400062), ocorrido em 29/9/2023, com 2h de carga horária;
- Vamos conversar sobre envelhecimento e projetos de vida (2023400067), ocorrido em 24/10/2023, com 1h de carga horária;
- Crimes cibernéticos (2023400078), ocorrido em 6/11/2023, com 2h30 de carga horária;
- Vamos Conversar sobre Memória (2023400077), ocorrido em 8/11/2023, com 2h de carga horária;
- Workshop Ouvir e Comunicar: gerindo conflitos (2023400090), ocorrido de 21/11/2023 a 23/11/2023, com 6h de carga horária;
- LGPD 360º e sua jurisprudência (2023400093), ocorrido em 23/11/2023, com 7h de carga horária;
- Soluções de Conflitos Fundiários (ADPF 828 - STF) (2023400088), ocorrido de 27/11/2023 a 28/11/2023, com 11h de carga horária;
- Seminário de Direito Ambiental (2023400094), ocorrido de 30/11/2023 a 1/12/2023, com 10h de carga horária.

Os resultados do projeto referem-se ao quantitativo de magistrados participantes, bem como ao atendimento ao Planejamento Estratégico da Justiça Federal, e são publicados anualmente na intranet do Tribunal e relatados no relatório de prestação de contas anual e no Observatório da Justiça Federal (CJF).

Fonte: Cada evento comporta diversos expedientes administrativos SEI em sua elaboração, realização e prestação de contas.

Implantação do PJe nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais

A migração do sistema antigo para o PJe nos processos de competência do Juizado Especial Federal e das Turmas Recursais reduziu os gastos com a sustentação de sistemas e banco de dados, além de tornar mais célere a prestação jurisdicional, seja pela otimização de tarefas, seja pela padronização de fluxos.

Fonte: expediente administrativo SEI 0269687-82.2021.4.03.8000

Integração com o sistema eCarta

A integração do PJe ao serviço eCarta dos Correios otimiza as atividades de expedição de comunicações, minimizando o tempo das unidades na expedição de comunicações processuais, tornando o processo mais célere.

Com o projeto efetivou-se a integração entre todas as unidades da Seção Judiciária de São Paulo e como próximo passo busca-se a integração das unidades da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul.

Fonte: expediente administrativo SEI 0045275-76.2018.4.03.8000

Palestra sobre Ética organizacional e Assédio Moral e Sexual

Fomentar reflexões sobre o tema, a fim de propiciar um ambiente institucional pautado nos princípios éticos e, conseqüentemente, contrário às práticas de assédio moral e sexual, municiando os participantes com informações importantes para a convivência no ambiente de trabalho e na vida pessoal, ressaltando o papel das lideranças nesse processo.

Fonte: expediente administrativo SEI 0023077-06.2022.4.03.8000

Outro ODS relacionado: ODS 3 - Boa saúde e bem-estar.

XI Ciclo de Palestras sobre Gestão de Pessoas 2022 - O impacto das mídias sociais na vida pessoal e nos relacionamentos

Promoção do desenvolvimento pessoal e profissional de servidores e gestores da Instituição. Capacitação de gestores e equipes para a identificação e compreensão de aspectos pessoais e profissionais nas relações de trabalho atuais e futuras.

Fonte: expediente administrativo SEI 0038694-06.2022.4.03.8000

Outro ODS relacionado: ODS 3 - Boa saúde e bem-estar.

Curso “Acessibilidade e a inclusão no ambiente jurídico”

O curso foi ofertado pelo Tribunal para duas turmas com carga horária de 20 horas, as quais ocorreram de 6/6/2022 a 5/7/2022 e de 16/10/2023 a 17/11/2023, ambas na modalidade de ensino à distância autoinstrucional e tiveram 45 servidores aprovados.

Objetiva qualificar a interação entre magistrados, servidores e estagiários com e sem deficiência para atender da melhor forma possível o público com deficiência.

Fonte: SINC: 2022100672 e 2023100902.

Curso “Libras básico”

O curso foi ofertado pelo Tribunal com o objetivo de capacitar servidores do Tribunal na língua brasileira de sinais – LIBRAS, para duas turmas com carga horária de 50 horas, as quais ocorreram de 22/8/2022 a 28/10/2022 e de 21/8/2023 a 31/10/2023, ambas na modalidade de ensino à distância, totalizando 68 servidores aprovados.

Fonte: SINC: 2022100965 e 2023100688.

Oficina de Linguagem Simples e Visual Law para documentos de Acordo de Não Persecução Penal

Foi identificada pelos demandantes a necessidade de melhorar a linguagem da documentação utilizada na comunicação com usuários das varas criminais e da Central de Penas e Medidas Alternativas - CEPEMA, para facilitar o entendimento e utilização e efetivar a garantia de acesso à Justiça. Isso gera retrabalho, excesso de pedidos de esclarecimento e informações por e-mail, telefone e balcão, tanto nas varas quanto na CEPEMA.

O Laboratório de Inovação foi procurado em razão da expertise em Linguagem Simples e Visual Law. Após discussão do problema, surgiu a ideia de elaborar um folheto informativo. Foi elaborado um primeiro protótipo pelos próprios participantes, com orientação dos laboratoristas, o qual foi encaminhado à Assessoria de Comunicação que revisou a versão para impressão e produziu uma versão no formato "infográfico".

Os documentos foram revisados pelos participantes da oficina, que são as pessoas que convivem com as dificuldades apresentadas pelos usuários, e após algumas alterações foi validada a versão final, que será colocada em teste para mensurar a aceitação dos usuários.

Fonte: expediente administrativo SEI 0015123-66.2023.4.03.8001

II Encontro sobre Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência: Dimensões, Direitos e Práticas

A Justiça Federal da 3.^a Região celebrou o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência (PCD), 3 de dezembro, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1992. O objetivo da comemoração é incentivar uma reflexão sobre os direitos da pessoa com deficiência e promover a conscientização da sociedade sobre inclusão e acessibilidade. O encontro aconteceu em 3/12/2021 com a duração de 2h30, teve a participação de 52 pessoas e contou com as palestras:

- "As múltiplas dimensões da Sustentabilidade", Marcos Weiss Bliacheris, Advogado da União (AGU).
- "Atendimento a pessoa com deficiência auditiva", Fernando de Paulo Bottosi Lino, intérprete de Libras e instrutor Instituto Jô Clemente (IJC).

Fonte: expediente administrativo SEI 0023623-92.2021.4.03.8001



ODS 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Adesão à Rede Estadual de Sustentabilidade - Rede SustentAção

Tendo participado ativamente da criação da Rede SustentAção SP, no dia 29/9/2022 a Justiça Federal de São Paulo formalizou a adesão à rede com o objetivo de conjugar esforços para aperfeiçoar as práticas de sustentabilidade entre as instituições parceiras no Estado de São Paulo, implementando programas e ações interinstitucionais de responsabilidade socioambiental, sustentabilidade econômica e observância das diretrizes de gestão e sustentabilidade vigentes para cada poder (Executivo, Legislativo e Judiciário).

A cooperação se dá por meio do desenvolvimento de projetos conjuntos, da troca de experiências entre instituições e seus servidores, do desenvolvimento de pesquisas e grupos de trabalho e da realização de simpósios, seminários, congressos, eventos e atividades correlatas.

Esta ação contribui para o cumprimento do Planejamento Estratégico da JF3R - ciclo 2021-2026, que estabelece a promoção e execução de projetos e ações relacionados ao “fortalecimento da relação institucional da Justiça Federal com a sociedade”.

Fonte: expediente administrativo SEI 0027093-68.2020.4.03.8001

V – CONCLUSÃO

O presente relatório de engajamento denominado COE-ONU registra, em segundo biênio, as efetivas ações adotadas pelo Tribunal Regional Federal da 3.^a Região e respectivas Seções Judiciárias de Mato Grosso do Sul e de São Paulo para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável, acessível e inclusiva, em observação aos 10 Princípios Universais nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção.

As ações descritas como sensibilização, capacitação ou treinamento de servidores e magistrados, eventos para a promoção da saúde e qualidade de vida, observam tais princípios e estão interligados à atividade final da Justiça Federal da 3.^a Região, dando molde à atuação do Poder Judiciário junto à sociedade.

Cabe destacar que, especialmente nesta 3.^a Região, a atuação jurisdicional tem em vista expressivo número de ações judiciais sobre matérias diversas, pois que, de um lado o Estado de São Paulo condensa maior centro urbano do país e de outra parte o Estado de Mato Grosso do Sul apresenta-se em regiões de divisas internacionais ou em grandes áreas de proteção ambiental, além de municípios com menor densidade demográfica quando comparados com São Paulo/SP, de modo que as demandas judiciais propostas acabam por refletir tais diferenças. Este é um dos desafios da 3.^a Região.

O grande volume de ações em tramitação e a diversidade dos temas nela abordados faz com que o Tribunal busque inovações para o alcance da prestação jurisdicional em tempo socialmente útil, para o atendimento de novas demandas que surgem em decorrência de novas realidades sociais e econômicas.

Foi assim no período da pandemia do Covid-19, em que o trabalho à distância teve o predomínio do processamento de autos na forma eletrônica e sessões nas formas on-line, em 2020 e 2021. Assim também ocorreu com o projeto Pop Rua Jud, estabelecido de acordo com o normativo do Conselho Nacional de Justiça que dispôs sobre política de atuação nacional para o atendimento aos mais carentes, hipossuficientes, moradores de rua e mais vulneráveis.

O procedimento de trabalho foi coordenado pelo Tribunal em atuação conjunta com demais Órgãos Públicos, associações, ONGs criando-se novo repertório para a atuação do Poder Judiciário.

Ao final e com grande alegria, o Tribunal recebeu o prêmio Innovare 2023, premiação que reconhece práticas inovadoras voltadas ao aperfeiçoamento e à modernização da Justiça brasileira, identificando-se ações concretas para mudar rotinas consolidadas no sistema de Justiça, independentemente de alterações na legislação.

Anote-se que o compromisso firmado pelo Tribunal com o Pacto Global da Organização das Nações Unidas e o cumprimento dos normativos que estabelecem a atuação sustentável, acessível e inclusiva dos Órgãos do Judiciário por meio das Resoluções n.º 400 e n.º 401, do Conselho Nacional de Justiça e da Resolução n.º 709/2021, do Conselho da Justiça Federal, conduzem firmemente esta Justiça Federal da 3.ª Região a novos caminhos: contratações públicas sustentáveis, capacitação de magistrados servidores, estagiários e terceirizados e divulgação de informações ao público interno e externo sobre os referidos temas - acessibilidade, inclusão e sustentabilidade -, execução de efetivas práticas inclusivas e sustentáveis no trabalho diário nos Fóruns federais e no Tribunal, entre muitas outras ações que constam descritas nesta COE e amplamente divulgadas nos sites do Tribunal e das Seções Judiciárias.

Congratulações aos magistrados, procuradores, advogados, defensores públicos, servidores pelo constante e responsável trabalho realizado na Justiça Federal da 3.ª Região documentado nesta comunicação de engajamento.

relatório produzido por
Assessoria de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica
ADEG

projeto gráfico
Assessoria de Comunicação Social
ACOM
e
Assessoria de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica
ADEG